



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Cumaru do Norte



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Cumaru do Norte (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, observa-se relativa estabilidade da taxa de pobreza em Cumarú do Norte, mantendo-se na casa dos 36% a 38%, comportamento semelhante ao da Região de Integração (RI) Araguaia, que oscilou levemente em torno de 28% a 29%. Já o estado do Pará manteve patamar mais elevado nesse período, entre 41% e 42%, o que reflete uma maior vulnerabilidade socioeconômica média em nível estadual comparado ao município e sua RI. A partir de 2022, há um salto significativo da taxa de pobreza em todas as esferas, com destaque para o estado, que atinge um pico em torno de 60%, enquanto

Cumarú e a RI chegam próximos de 45% (Gráfico 1).

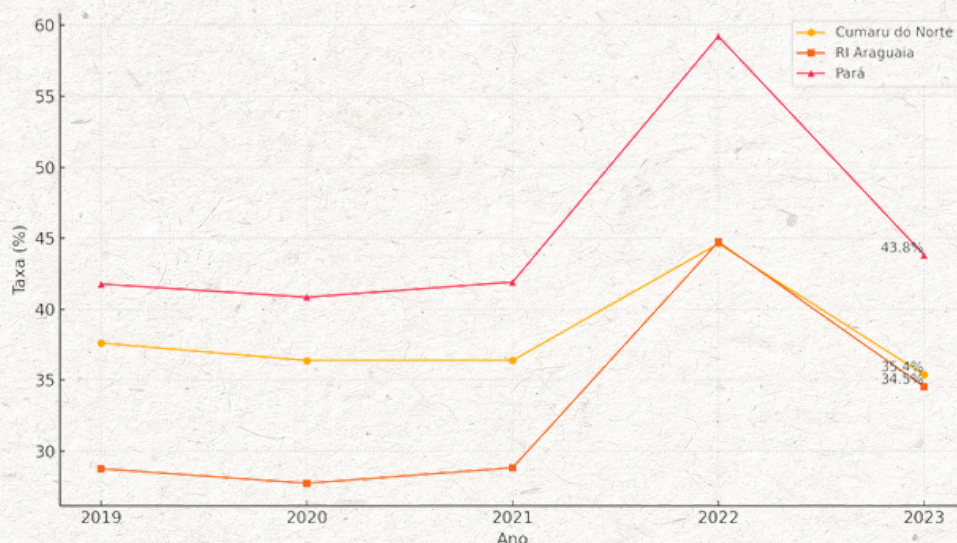
Esse pico em 2022 representa uma deterioração expressiva nas condições de vida, possivelmente associada aos efeitos persistentes da pandemia da COVID-19, à inflação e à diminuição da renda real das famílias. Essa elevação abrupta e sincronizada nos três níveis territoriais indica uma conjuntura crítica que afetou amplamente a população do estado. Apesar disso, observa-se em 2023 um recuo nas taxas de pobreza, com Cumarú do Norte chegando a 35,4%, a RI Araguaia a 34,5% e o Pará a 43,8%. Esse recuo pode refletir políticas públicas de mitiga-



ção, como ampliação de programas sociais e recuperação gradual do mercado de trabalho (Gráfico 1).

Em termos comparativos, Cumaru do Norte apresenta comportamento mais alinhado à média da sua Região de Integração, ficando abaixo da média estadual em todos os anos observados. A trajetória geral revela a persistência de desigualdades regionais dentro do estado, com Cumaru e sua RI menos impactados que a média estadual, embora ainda apresentem níveis elevados de pobreza. O dado de 2023, apesar da melhora, evidencia que a taxa de pobreza ainda não retornou aos patamares pré-pandemia, sugerindo necessidade de estratégias mais duradouras de combate à pobreza (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Cumaru do Norte apresentaram tendência decrescente ao longo do período analisado. Em 2019, o percentual era de aproximadamente 64,2%, caindo gradualmente até atingir 59,7% em 2022, com leve recuperação para 59,8% em 2023. Esse comportamento também foi observado na RI Araguaia, embora com percentuais consistentemente superiores aos de Cumaru, iniciando com 64,6% em 2019 e encerrando com 61,0% em

2023. Já o estado do Pará apresentou valores mais baixos ao longo de todo o período, mas com maior estabilidade, variando entre 60,4% e 60,9% (Gráfico 2).

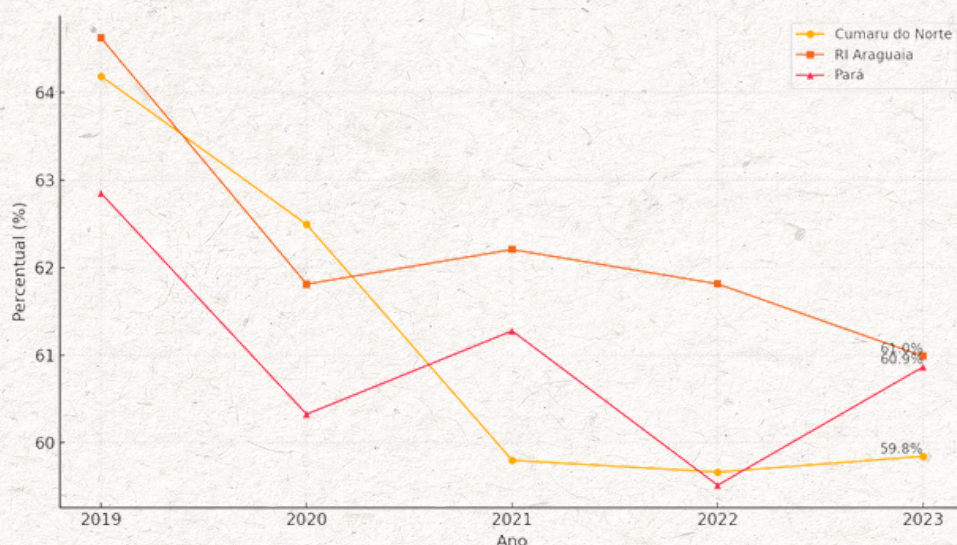
A redução das despesas percentuais com serviços essenciais pode estar relacionada a restrições orçamentárias, reestruturações fiscais ou redirecionamento de recursos para outras áreas, especialmente no contexto pandêmico. O impacto disso tende a ser mais sensível em municípios menores como Cumaru do Norte,

onde a oferta de serviços essenciais é mais dependente dos repasses e da capacidade fiscal local. A leve retomada em 2023, tanto em Cumaru quanto no estado, pode indicar início de reequilíbrio orçamentário ou priorização da retomada de serviços básicos (Gráfico 2).

Ao comparar os três níveis, observa-se que Cumaru do Norte se distancia gradualmente dos percentuais da RI Araguaia e do estado, sugerindo uma possível queda na priorização local dos serviços

essenciais no orçamento municipal. Esse afastamento pode ter implicações diretas sobre a qualidade de vida da população, especialmente diante de contextos de aumento da pobreza. A sincronia parcial entre o aumento da pobreza e a redução de investimentos em serviços básicos levanta a hipótese de correlação negativa entre esses indicadores, reforçando a importância de uma alocação eficiente de recursos em políticas públicas essenciais (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Cumaru do Norte, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou grande instabilidade ao longo do período, com picos em 2020 (10,8%) e 2022 (11,3%), intercalados por quedas acentuadas em 2021 (5,2%) e 2023 (6%). Essa forte oscilação pode estar relacionada a fatores locais como variações no acesso ao pré-natal, cobertura da atenção básica, condições socioeconômicas das gestantes ou falhas pontuais na vigilância em saúde. O comportamento em Cumaru destoava significativamente dos padrões da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará, que mantiveram maior estabilidade (Gráfico 3).

A Região de Integração Araguaia apresentou um comportamento mais constante, com

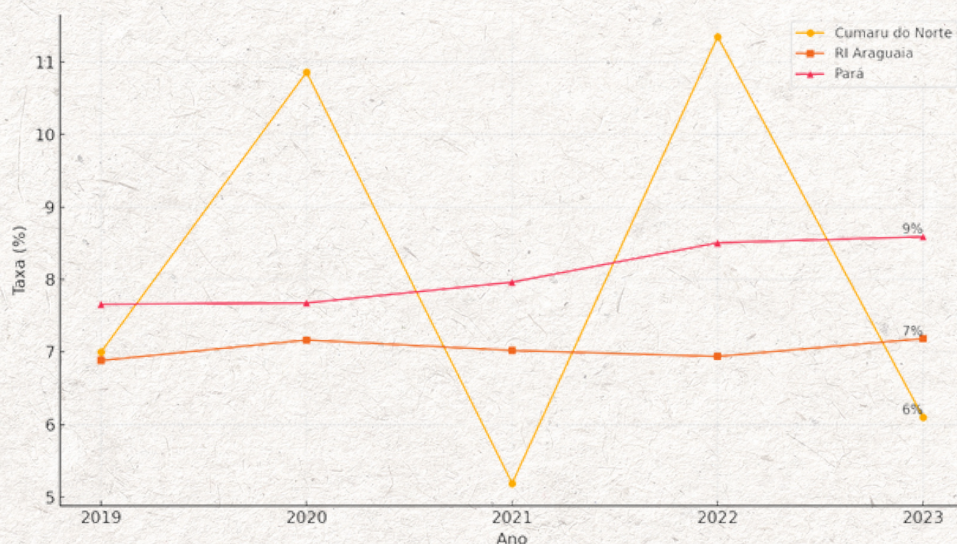
a prevalência oscilando entre 6,9% e 7,2%, sem grandes variações ao longo dos cinco anos. Isso sugere uma situação de maior controle e uniformidade no acesso e qualidade dos serviços de saúde materno-infantil. Já o estado do Pará mostrou uma tendência levemente crescente, partindo de 7,6% em 2019 e atingindo 9% em 2023, com variações discretas que indicam um aumento gradual na prevalência de nascidos com baixo peso, o que pode acender um alerta para políticas públicas estaduais mais robustas (Gráfico 3).

A comparação entre os três níveis territoriais evidencia a volatilidade do indicador em Cumaru do Norte, o que pode estar atrelado à menor amostra populacional, dificultando a estabilidade estatística ano

a ano. Ainda assim, os picos observados são preocupantes e indicam necessidade de monitoramento mais rigoroso e intervenções direcionadas, especialmente em anos de maior incidência. Já a RI Araguaia se mostra como um patamar intermediário e mais equilibrado, enquanto o estado do Pará aponta para uma deterioração leve mas constante, o que pode demandar políticas de saúde pública com foco na redução da pre-maturidade e na nutrição materna (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Cumaru do Norte apresentou trajetória de crescimento com variações expressivas ao longo dos anos. Em 2019, a produtividade era de R\$ 4 mil/hectare e chegou a R\$ 7,3 mil/hectare em 2023, com um pico intermediário em 2022 (R\$ 7,5 mil). O crescimento, apesar de significativo, foi instável, com queda acentuada em 2021 (R\$ 4,3 mil). Essa flutuação pode estar relacionada à dependência de determinadas culturas, variabilidade climática, infraestrutura de escoamento ou acesso a tecnologias agrícolas (Gráfico 4).

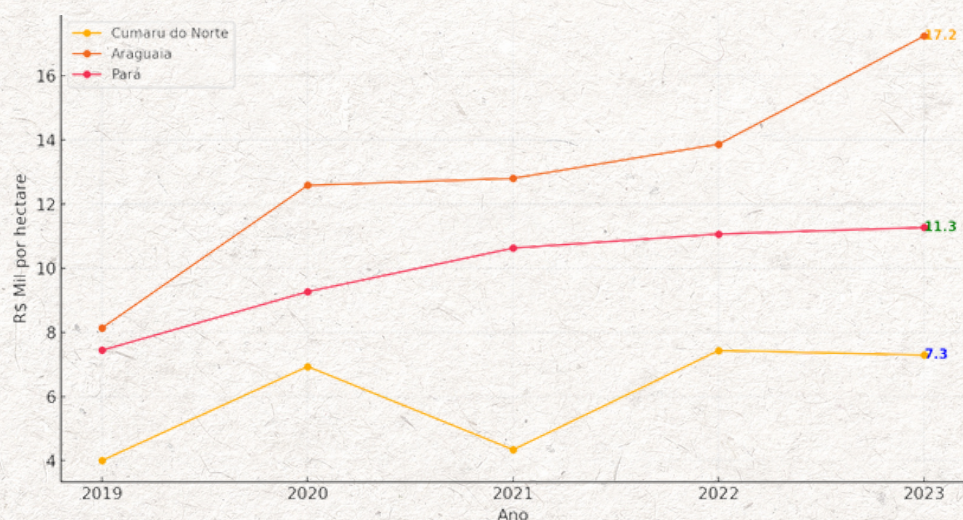
A Região de Integração Araguaia apresentou desempe-

nho substancialmente superior, com crescimento consistente ano após ano, partindo de R\$ 8 mil/hectare em 2019 e atingindo R\$ 17,2 mil/hectare em 2023. Esse desempenho sugere maior tecnificação da produção, melhor infraestrutura agrícola e capacidade de gerar valor por hectare superior à média estadual e local. O estado do Pará, por sua vez, teve também crescimento contínuo, embora mais moderado, saindo de R\$ 7,5 mil/hectare para R\$ 11,3 mil/hectare no mesmo período (Gráfico 4).

O contraste entre Cumaru do Norte e sua RI evidencia disparidades produtivas dentro

de um mesmo território regional, possivelmente relacionadas à escala de produção, acesso a crédito rural, políticas de incentivo agrícola ou associativismo. Embora Cumaru tenha melhorado sua produtividade nos últimos anos, ainda se encontra distante da média regional e estadual, o que indica potencial de crescimento mediante apoio técnico, acesso a insumos de qualidade e investimento em logística. O comportamento positivo do estado e da RI sugere um cenário agrícola favorável no Pará, com oportunidades de replicar boas práticas nos municípios menos produtivos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

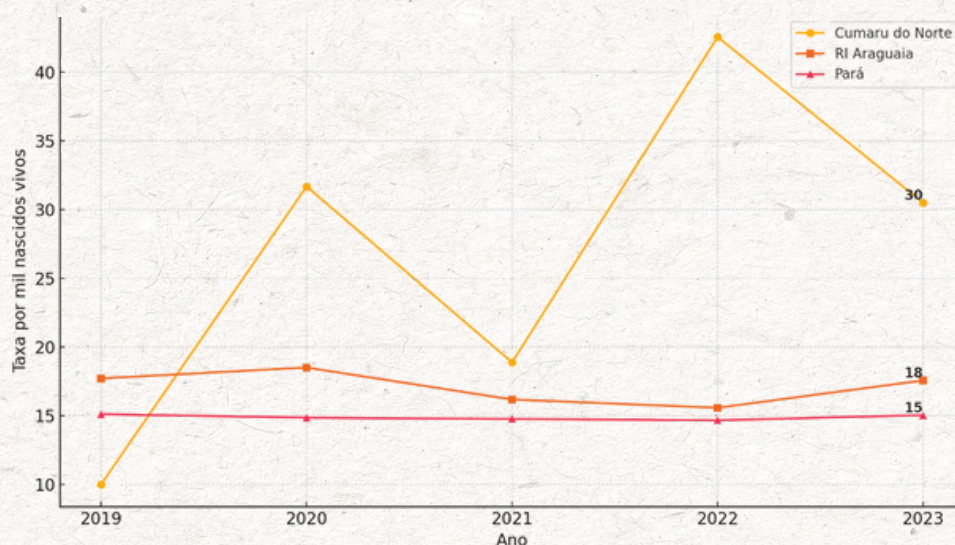
Cumarú do Norte apresentou forte instabilidade na taxa de mortalidade infantil no período analisado. Em 2019, o município registrava uma taxa de 10 mortes por mil nascidos vivos, número que saltou para 31,7 em 2020. Após um recuo em 2021 (18,9), houve novo pico em 2022, atingindo alarmantes 42,5 mortes por mil, seguido de uma queda para 30 em 2023. Essas oscilações acentuadas podem indicar falhas na atenção básica à saúde, instabilidade nos serviços de saúde infantil, ou ainda problemas estatísticos por conta do baixo número absoluto de nascimentos, que torna o indicador mais volátil em municípios pequenos (Gráfico 5).

A Região de Integração Araguaia apresentou uma trajetória mais estável, com variações entre 15,7 e 18,5 mortes por mil nascidos vivos ao longo dos anos. Essa constância, embora com patamares relativamente altos, sugere uma maior regularidade na estrutura e cobertura dos serviços de saúde, com possíveis limitações ainda a serem enfrentadas. Em comparação com o estado do Pará, que se manteve fixo em torno de 14,8 a 15,2, observa-se que tanto Cumarú quanto a RI Araguaia apresentam taxas consistentemente superiores à média estadual (Gráfico 5).



O estado do Pará manteve-se praticamente inalterado ao longo do período, com pequena oscilação e um patamar consideravelmente inferior ao de Cumarú do Norte, especialmente nos anos de 2020 e 2022. Isso indica maior capilaridade ou efetividade das políticas de saúde infantil em nível estadual, ao menos nos grandes centros urbanos. A discrepância dos dados de Cumarú reforça a necessidade de políticas direcionadas a municípios menores, com reforço da atenção básica, pré-natal e cuidados neonatais, além de acompanhamento rigoroso de registros vitais para assegurar a qualidade das estatísticas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cumarú do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Cumarú do Norte manteve-se em patamares baixos ao longo do período, variando de 2,2 médicos (em 2019 e 2020) até um pico de 3,6 em 2021, com queda posterior para 3 em 2023. Embora tenha havido um leve crescimento até 2021, a tendência não se sustentou, revelando dificuldades na fixação e manutenção de profissionais médicos no município. Isso é particularmente relevante diante dos altos índices

de mortalidade infantil observados, sugerindo uma possível correlação entre escassez de médicos e desfechos adversos em saúde (Gráfico 6).

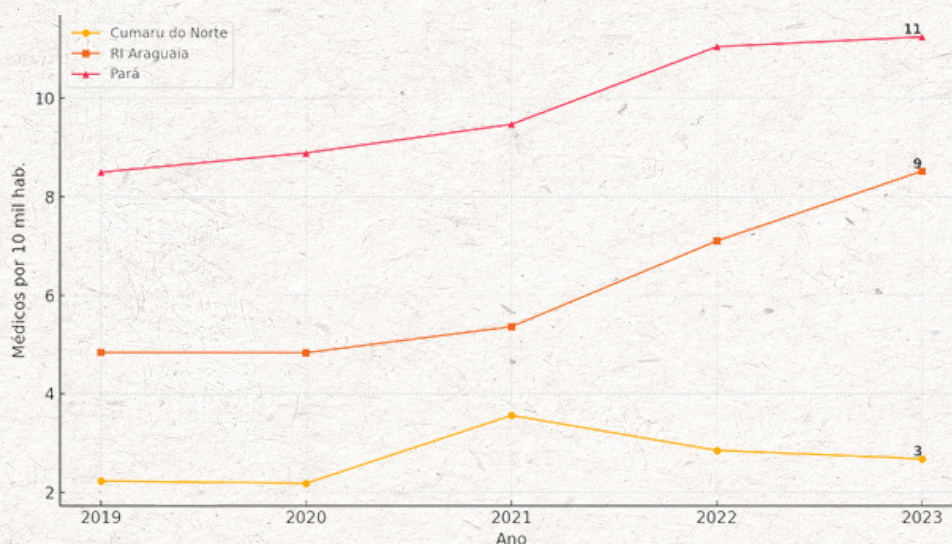
A Região de Integração Araguaia, por sua vez, apresentou trajetória de crescimento contínuo, passando de 4,9 médicos em 2019 para 9 em 2023. Isso demonstra um fortalecimento progressivo da estrutura médica na região, possivelmente impulsionado por programas de incentivo à inte-

rriorização dos profissionais de saúde. O aumento significativo a partir de 2021 é especialmente notável e pode estar ligado à resposta ao cenário de crise sanitária provocada pela pandemia, o que forçou uma reestruturação dos serviços de saúde em várias regiões (Gráfico 6).

Em nível estadual, o Pará já apresentava melhores indicadores em 2019 (8,5 médicos/10 mil hab.) e alcançou 11 em 2023, evidenciando um cenário mais estruturado e, possivelmente, com maior concentração de médicos nas regiões metropolitanas. A desigualdade entre Cumaru e os demais níveis territoriais é evidente e preocupa, uma vez que o a-

cesso à saúde está diretamente relacionado à presença de profissionais habilitados. O reforço de políticas públicas voltadas à interiorização e à valorização dos profissionais em municípios menores é essencial para reduzir disparidades e melhorar os indicadores de saúde da população local (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

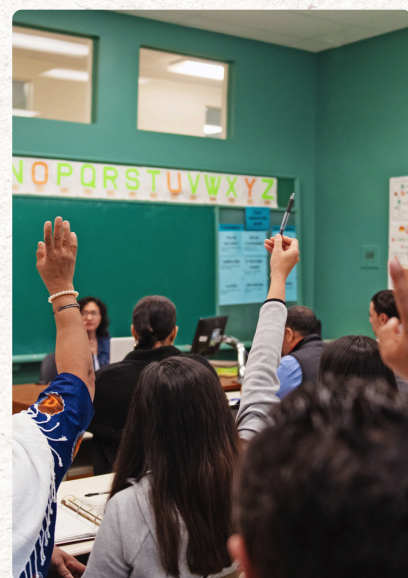
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Cumaru do Norte iniciou o período com uma taxa de aproximadamente 192 vagas por mil habitantes em 2019, registrando uma leve queda em 2020 (187), seguida por um salto considerável em 2021, quando atingiu 212 vagas por mil. Esse aumento pode refletir políticas de ampliação da rede pública ou maior capacidade de oferta em resposta a pressões por acesso. Nos anos seguintes, observa-se uma redução gradual, encerrando 2023 com 196 vagas por mil habitantes. Embora ainda acima dos níveis iniciais, a queda recente sugere necessidade de vigilância quanto à sustentabilidade dessa oferta (Gráfico 7).

A Região de Integração Araguaia apresentou uma curva distinta, com valores mais baixos que os demais níveis ao

longo de quase todo o período. Em 2019, eram cerca de 172 vagas por mil habitantes, número que caiu em 2020 (169) e se manteve estável até 2021. O salto significativo ocorre apenas em 2022, quando atinge 215 vagas, se igualando ao patamar do estado, seguido por queda para 200 em 2023. Esse movimento tardio de expansão pode indicar um processo mais lento de resposta às demandas educacionais, possivelmente vinculado a restrições orçamentárias ou estruturais (Gráfico 7).

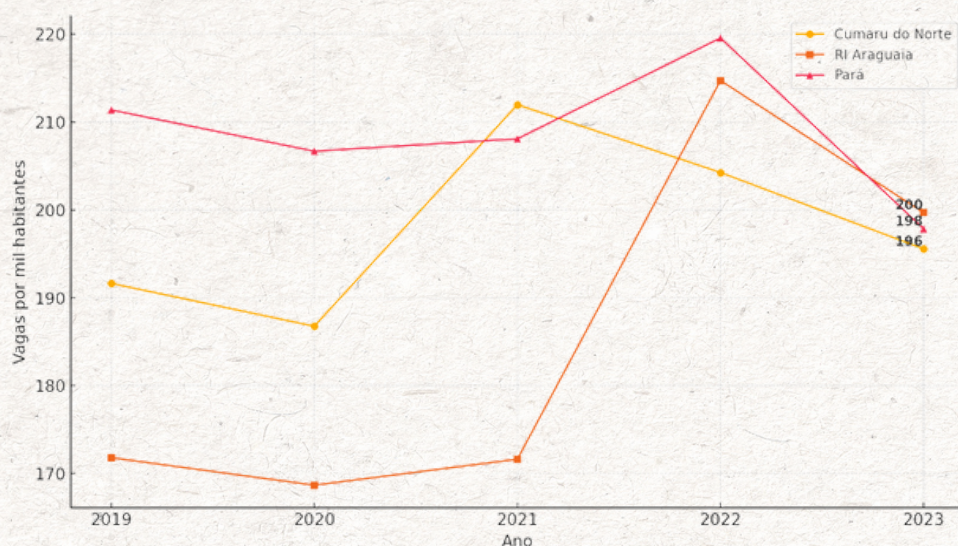
O estado do Pará, por sua vez, apresentou trajetória mais estável, com uma leve oscilação entre 207 e 219 vagas por mil habitantes, e encerrando 2023 em 198. A estabilidade da média estadual sugere maior capacidade de planejamento e manutenção da oferta,



ainda que com variações pontuais. A convergência dos três níveis em 2023 (198 para o estado, 200 para a RI e 196 para Cumaru) indica uma possível equalização recente da oferta pública, o que pode ser positivo, desde que acompanhado da garantia de qualidade e acessibilidade efetiva das vagas (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 196 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Cumaru do Norte demonstrou um avanço expressivo no acesso à internet nas escolas entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 27,6% das escolas do município possuíam acesso à internet, número que evoluiu de forma contínua até atingir 76,5% em 2023. O salto mais marcante ocorreu entre 2022 e 2023, quando o percentual passou de 47,3% para 76,5%, refletindo possivelmente programas federais ou estaduais de conectividade escolar. Esse crescimento representa uma conquista significativa, sobretudo considerando o contexto de digitalização acelerada da educação após a

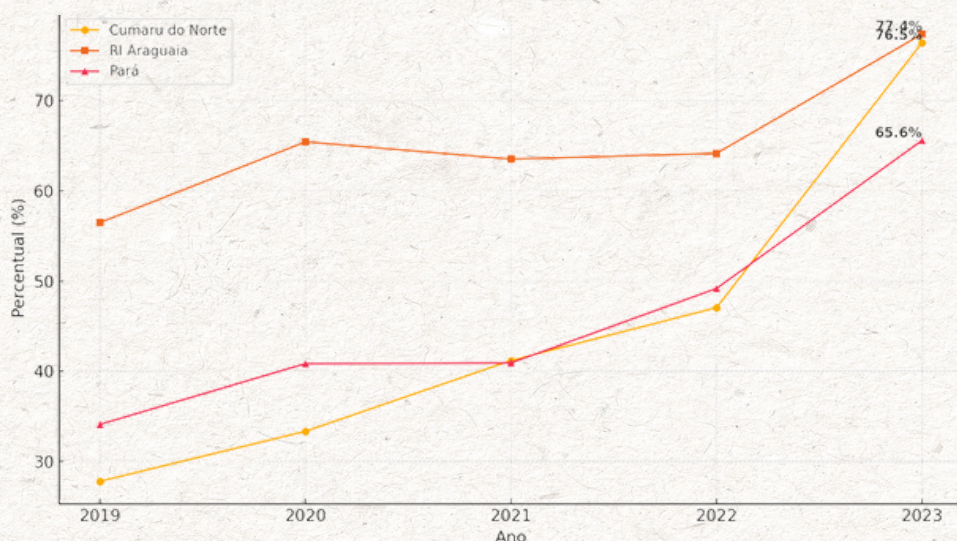
pandemia (Gráfico 8).

Na Região de Integração Araguaia, o acesso à internet nas escolas já era mais elevado desde o início da série, com 56,6% em 2019, alcançando 77,4% em 2023. Diferentemente de Cumaru, a RI manteve-se em patamares mais altos ao longo de todo o período, embora tenha apresentado um crescimento mais moderado. Essa estabilidade em níveis elevados indica uma estrutura mais consolidada de conectividade na rede escolar regional, o que pode refletir melhor infraestrutura tecnológica e capacidade administrativa (Gráfico 8).

O estado do Pará iniciou o período com 34,4% das escolas conectadas à internet e terminou com 65,6% em 2023. Apesar do avanço significativo, o estado ainda está atrás de Cumaru do Norte e da RI Araguaia no indicador de 2023, o que pode indicar disparidades internas, com algumas regiões tendo evoluído mais rapidamente que outras. Ainda assim, o crescimento estadual demonstra esforço progressivo para universalizar a conectividade escolar, fundamental para a promoção da inclusão digital e da qualidade do ensino, especialmente em áreas rurais e periféricas (Gráfico 8).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Cumaru do Norte, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou comportamento instável e com registros muito baixos. Em 2019 e entre 2021 a 2023, os dados registraram zero casos por 100 mil habitantes, com exceção de 2020, quando houve um pico de 3 casos por 100 mil. Esse padrão pode indicar subnotificação significativa, especialmente em municípios pequenos, onde barreiras culturais, institucionais ou falta de estrutura para denúncia e acolhimento dificultam a formalização das ocorrências. A ausência de dados não deve ser interpretada como ausência de violência (Gráfico 9).



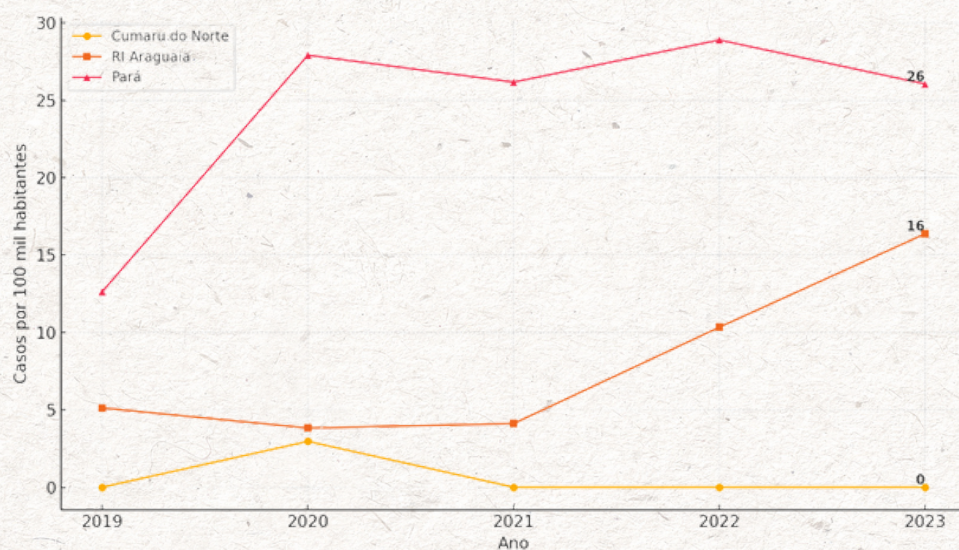
A Região de Integração Araguaia apresentou crescimento expressivo nesse indicador. Em 2019, eram registrados 5 casos por 100 mil habitantes, número que praticamente se manteve até 2021. A partir de 2022, houve um salto para 10,3 e, em 2023, o índice atingiu 16 casos por 100 mil, sinalizando um aumento substancial. Esse comportamento pode refletir tanto maior incidência quanto uma melhora

na notificação e registro dos casos, o que é comum em contextos de fortalecimento das redes de proteção e serviços especializados (Gráfico 9).

Já o estado do Pará demonstrou uma elevação significativa entre 2019 e 2020, saltando de 12,6 para 28 casos por 100 mil habitantes. Após uma leve queda em 2021 e novo pico em 2022 (29), o indicador recuou para 26 em

2023, ainda assim um patamar elevado. O padrão estadual reforça a gravidade do problema da violência de gênero, com crescimento dos registros nos últimos anos. A disparidade entre os níveis territoriais evidencia a necessidade de políticas locais de combate à violência com capilaridade e sensibilidade às realidades específicas de municípios como Cumaru (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Cumaru do Norte iniciou o período com 40% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres em 2019, apresentando um pico em 2020 com 44,5%, o que representava um dado promissor em termos de igualdade de gênero. No entanto, houve uma queda acentuada nos anos seguintes, chegando ao ponto mais baixo em 2022, com apenas 33%, e uma leve recuperação em 2023, com 34,5%. Essa redução ao longo do tempo pode sinalizar retrocessos no acesso de mulheres a posições de liderança no município, possivelmente agravados por instabilidades econômicas ou ausência de políticas de incentivo à equidade (Gráfico 10).

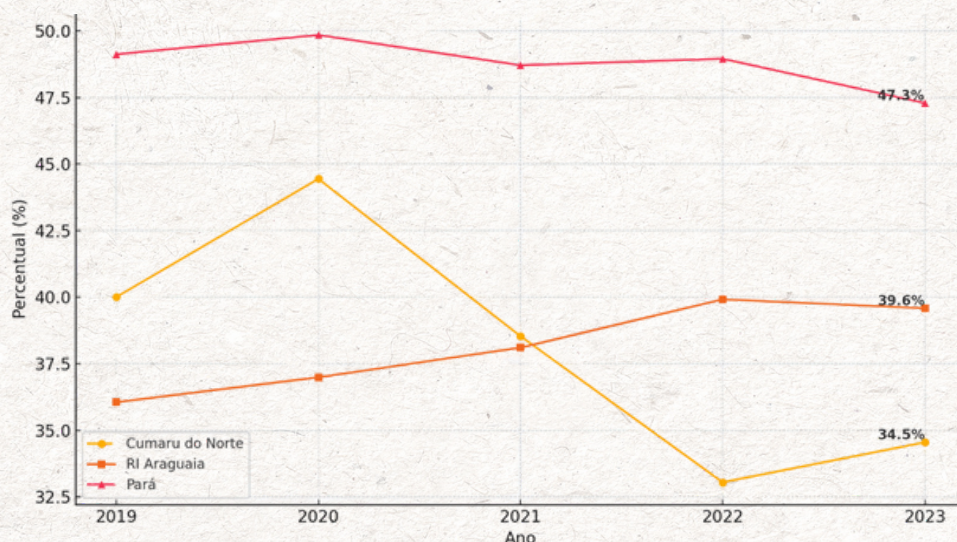




Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou trajetória crescente até 2022, quando alcançou 39,9%, saindo de 35,9% em 2019. Em 2023, houve uma leve retração para 39,6%, mantendo-se ainda assim em patamar superior ao início do período. Essa tendência de crescimento pode ser reflexo de avanços graduais em políticas públicas e iniciativas privadas voltadas à valorização da liderança feminina. A estabilidade em patamares médios indica uma evolução mais consistente do que em Cumaru, com menor oscilação (Gráfico 10).

Em nível estadual, o Pará mantém uma posição destacada, com percentuais próximos a 49% ao longo dos cinco anos analisados. Em 2023, o valor foi de 47,3%, evidenciando que o estado como um todo apresenta maior equidade na ocupação de cargos gerenciais por mulheres. A comparação entre os níveis revela que Cumaru do Norte vem se distanciando da média estadual e da RI, o que sugere a necessidade de ações afirmativas locais para reverter o cenário de queda e promover maior inclusão feminina em posições de comando e decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2023, Cumaru do Norte apresentou uma expansão expressiva da cobertura de esgotamento na parcela de baixa renda: o índice praticamente triplicou de aproximadamente 4,8 % em 2019 para 13,1 % em 2022, mantendo-se nesse patamar em 2023. O salto decisivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando a taxa passou de 8% para acima de 13%, superando pela primeira vez a média estadual. Esse movimento sugere a implementação de projetos de infraestrutura ou a conclusão de ligações domiciliares direcionadas a bairros mais vulneráveis, alterando significativamente o acesso local em curto espaço de tempo (Gráfico 11).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi oposto: a série manteve-se quase estacionária, oscilando levemente de cerca de 1,5 % para 1,7 % no período. Apesar de um avanço tímido em 2022, a proporção continua muito baixa, indicando que os benefícios dos investimentos regionais foram insuficientes para alcançar a população de baixa renda ou que os ganhos ocorreram, mas em outros municípios da RI que já tinham níveis superiores de cobertura. A diferença persistente em relação

ao município-sede e ao estado evidencia desequilíbrios intrarregionais na expansão do saneamento (Gráfico 11).

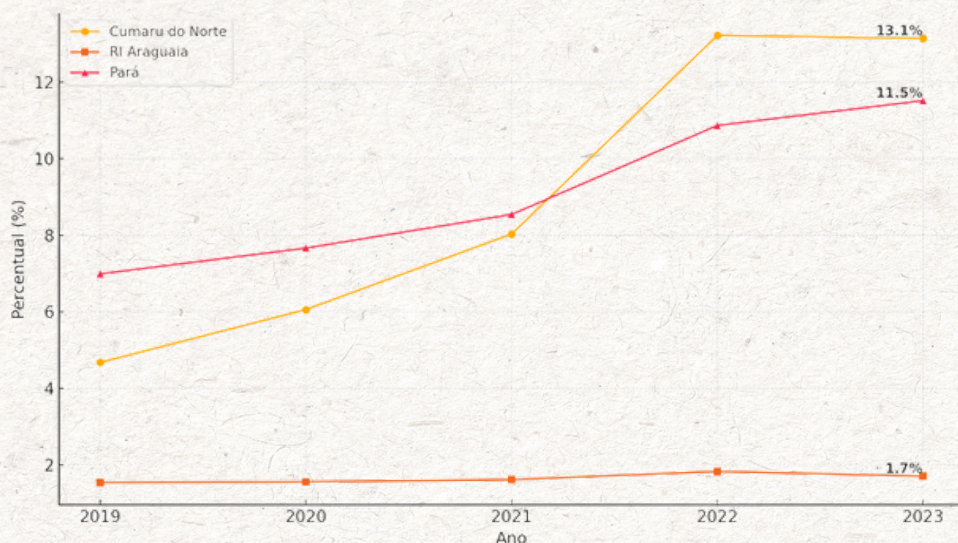
No agregado do Pará, o indicador seguiu trajetória ascendente, porém de forma mais gradual: subiu de 7 % em 2019 para 11,5 % em 2023. Esse crescimento contínuo sinaliza políticas estaduais de ampliação da rede, mas o ritmo mais lento que o de Cumaru do Norte sugere que ganhos excepcionais em alguns municípios (como o próprio Cumaru) ain-



da não se tornaram padrão em todo o território. A convergência parcial entre município e estado em 2023 mostra que as iniciativas locais podem superar, em curto prazo, a média estadual quando são bem focalizadas (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Os desembolsos diretos de Cumaru do Norte revelam um padrão irregular e de baixo montante: após crescer de cerca de R\$ 4 por habitante em 2019 para R\$ 8 em 2020, a rubrica chegou a zero em 2021, reagiu para aproximadamente R\$ 4 em 2022 e voltou a zero em 2023. Essa instabilidade orçamentária indica dependência de fontes externas (transferências ou obras estaduais/federais) ou o uso de contratos esporádicos — o que ajuda a explicar o forte aumento de cobertura registrado em 2022 sem necessidade de elevação sustentada da despesa local (Gráfico 12).

Na RI Araguaia, o gasto apresenta valores muito superior ao do município, com tendência de alta: passou de R\$ 27 em 2019 para R\$ 31 em 2020, recuou a R\$ 18 em 2021, mas acelera depois, atingindo

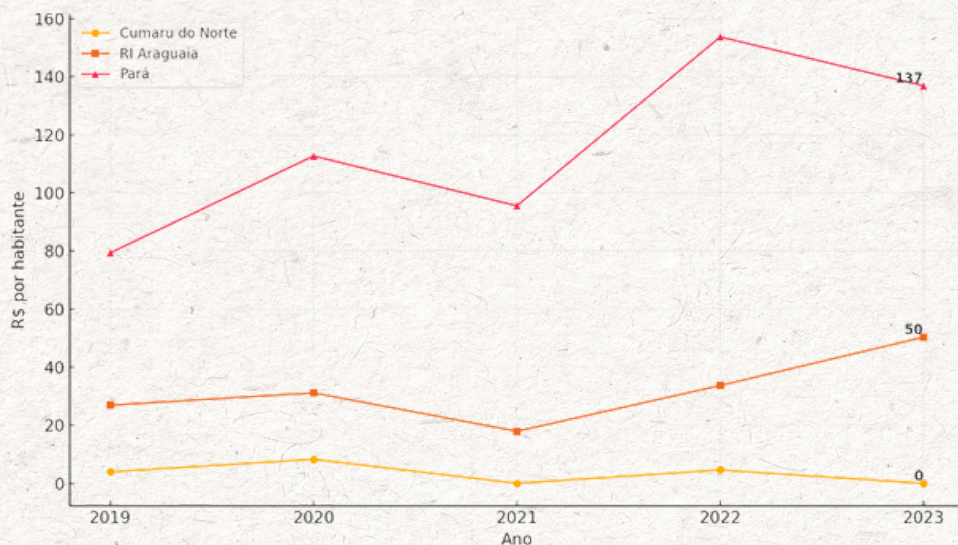
R\$ 50 por habitante em 2023. O salto de 2022 para 2023 sugere a entrada de projetos regionais robustos ou maior priorização de saneamento nos orçamentos municipais da RI, possivelmente para compensar déficits de cobertura evidenciados pelo baixo percentual de domicílios atendidos. A consistência relativa desses investimentos, mesmo com a queda pontual de 2021, contrasta com a volatilidade de Cumaru do Norte (Gráfico 12).

No âmbito estadual, os dispendios per capita começaram em torno de R\$ 80 em 2019, avançaram para aproximadamente R\$ 112 em 2020, sofreram retração para R\$ 96 em 2021, mas dispararam para cerca de R\$ 154 em 2022 antes de recuarem levemente para R\$ 137 em 2023. Esse perfil revela um esforço de ex-

pansão do saneamento que ganha força a partir de 2020, possivelmente associado a programas de financiamento ou ao marco legal do saneamento, com um pico em 2022 que coincide com avanços significativos na cobertura estadual. A redução modesta em 2023, embora persista em patamar elevado, sugere ajuste pós-expansão ou reprogramação orçamentária, mantendo, ainda assim, nível de investimento bem acima do início da série (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Cumaru do Norte, o consumo médio por habitante passou de cerca de 400 kWh em 2019 para 558 kWh em 2023, com crescimento relativamente constante até 2021 (aproximadamente +15 % ao ano) e desaceleração no avanço em 2022 e 2023 (cerca de +3 % e +5 %, respectivamente). Esse padrão sugere que, após um período inicial de ampliação de acesso e implantação de novas ligações residenciais, o município atingiu um patamar de demanda mais estável, possivelmente associado à saturação de aparelhos elétricos bá-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

sicos e menor expansão de usos intensivos de energia no ambiente doméstico (Gráfico 13).

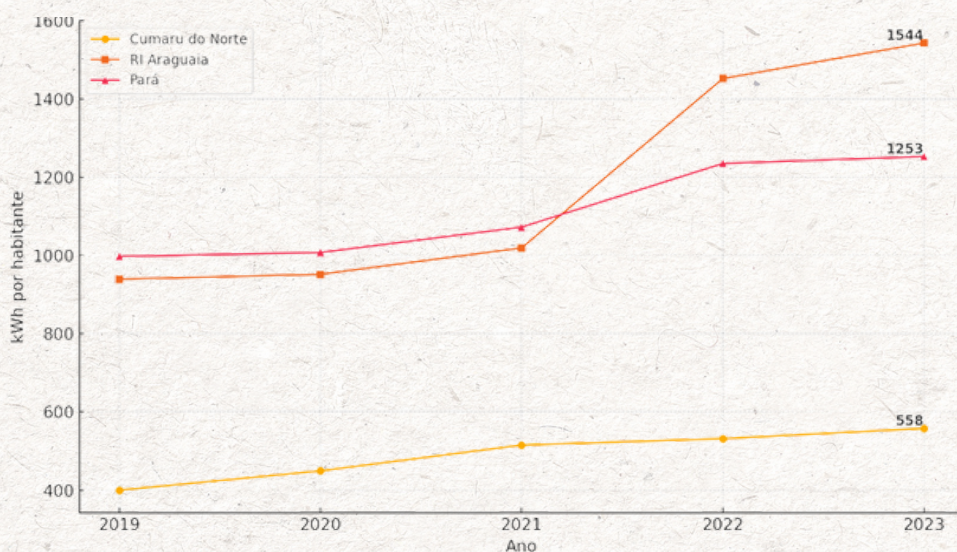
Na Região de Integração Araguaia, o consumo por habitante oscilou moderadamente entre 940 kWh e 1 020 kWh no triênio 2019-2021, mas saltou para cerca de 1 450 kWh em 2022 (+42 %) e chegou a 1 544 kWh em 2023 (+6 %). Esse salto repentino aponta para fatores regionais: pode refletir crescimento industrial ou agro-industrial significativo, expan-

são de atividades comerciais de maior intensidade energética ou mesmo programas de incentivo ao uso residencial de equipamentos de maior potência. A forte elevação em 2022 sinaliza uma mudança estrutural no perfil de consumo da RI, contrastante com o ritmo mais contido do início da série (Gráfico 13).

No nível estadual, o Pará registrou evolução moderada, de aproximadamente 1 000 kWh em 2019 para 1 253 kWh em 2023. O avanço seguiu

ritmo gradual em 2019-2021 (+0,5 % a +6 % ao ano) e ganhou fôlego em 2022 (+15 %), antes de desacelerar em 2023 (+2 %). Esse comportamento indica um processo de recuperação e ampliação do consumo — possivelmente atrelado à retomada pós-pandemia e a ações de eletrificação rural — mas sem as oscilações abruptas observadas na RI Araguaia, refletindo a heterogeneidade do consumo entre regiões do estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 558 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

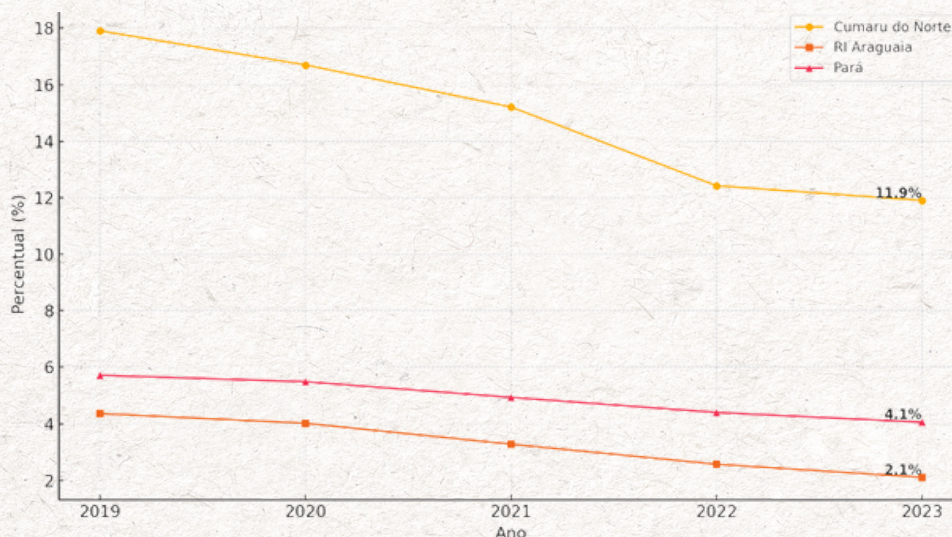
Em Cumaru do Norte, a proporção de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação à base de combustíveis fósseis caiu de 17,9 % em 2019 para 11,9 % em 2023, redução de aproximadamente 34 % no período. A queda mais acentuada ocorreu entre 2021 e 2022 (de 15,2 % para 12,4 %), indicando que projetos locais de eletrificação ou substituição de lâmpadas e equipamentos podem ter sido intensificados naquele momento. Essa tendência reflete uma melhora das condições de acesso à energia elétrica e das políticas de eficiência energética em níveis comunitários (Gráfico 14).

Na RI Araguaia, o uso de iluminação fóssil em famílias de menor renda saiu de 4,4 % em 2019 para apenas 2,1 % em 2023, uma redução de mais de 50 % ao longo de cinco anos. O declínio foi constante e proporcional, com médias de queda entre 0,5 e 0,8 ponto percentual ao ano, sugerindo que a expansão da rede elétrica rural e as campanhas de substituição de lampiões e geradores a diesel impactaram de forma eficiente todo o território da integração, ainda que a incidência inicial fosse menor que no município (Gráfico 14).

No Pará, o indicador passou de 5,7 % em 2019 para 4,1 % em 2023, recuo de cerca de 28 %. O declínio foi mais contido do que em Cumaru do Norte, mas segue uma linha decrescente estável (aproximadamente -0,4 ponto percentual ao ano). Isso revela que, embora já em níveis relativamente baixos, a dependência de iluminação fóssil permanece em parte do estado e necessita de continuidade nas ações de universalização do serviço elétrico e na substituição de aparelhos ineficientes (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



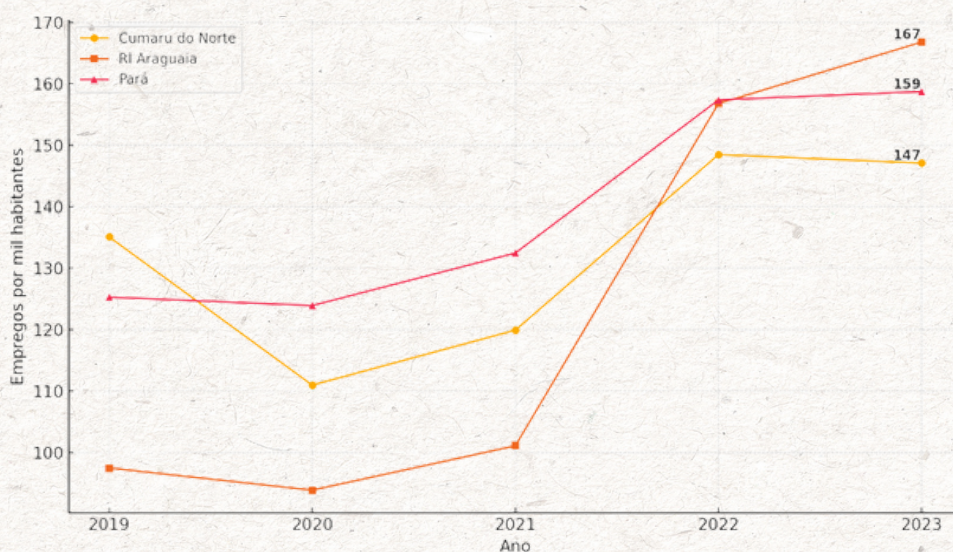
Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Cumaru do Norte, o indicador de empregos formais por mil habitantes recuou de cerca de 135 em 2019 para aproximadamente 110 em 2020, refletindo o impacto inicial da crise sanitária, mas já em 2021 mostra recuperação moderada, atingindo 120. A partir de 2021 observa-se forte aceleração na geração de vagas formais, subindo para cerca de 148 em 2022, fruto possivelmente de retomada de investimentos locais e retomada da confiança empresarial, e mantém-se em patamar elevado, com ligeira queda para 147 em 2023, indicando consolidação desse novo nível de dinamismo do mercado de trabalho municipal (Gráfico 15).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento segue tendência semelhante, porém com intensidade ainda maior: após declínio de aproximadamente 98 para 94 empregos formais por mil habitantes entre 2019 e 2020, houve avanço gradual a 101 em 2021, seguido de salto expressivo para 157 em 2022 e continuidade dessa trajetória positiva, alcançando 167 em 2023. Esse aumento abrupto sugere a entrada de projetos regionais de maior porte — seja no setor agroindustrial, em obras de infraestrutura ou em expansão de serviços — que impulsionaram a formalização em todos os municípios da integração (Gráfico 15).

No Pará, o padrão é de crescimento mais suave, com número de empregos formais por mil habitantes passando de 125 em 2019 para 124 em 2020 (queda marginal), depois subindo para 133 em 2021 e experimentando forte inflexão a 157 em 2022, muito em linha com o observado na RI, para então chegar a 159 em 2023. Essa evolução reflete, em âmbito estadual, a recuperação econômica pós-pandemia e políticas de estímulo à formalização, mas, comparado à RI Araguaia, ainda apresenta ritmo menos intenso, embora suficientemente robusto para superar os patamares pré-crise (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 147 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Em Cumaru do Norte, o PIB per capita registrou leve retração de R\$ 21.900 em 2018 para R\$ 21.300 em 2019, provavelmente refletindo flutuações na produção local, mas em 2020 saltou para R\$ 29.700, ultrapassando tanto a média regional quanto a estadual naquele ano. Em 2021, houve pequena queda para R\$ 29.000, sugerindo ajustes pós-choque inicial, e em 2022 voltou a crescer, alcançando R\$ 31.900, indicando consolidação dos ganhos de produtividade ou de investimentos pontuais no município (Gráfico 16).

PIB per capita



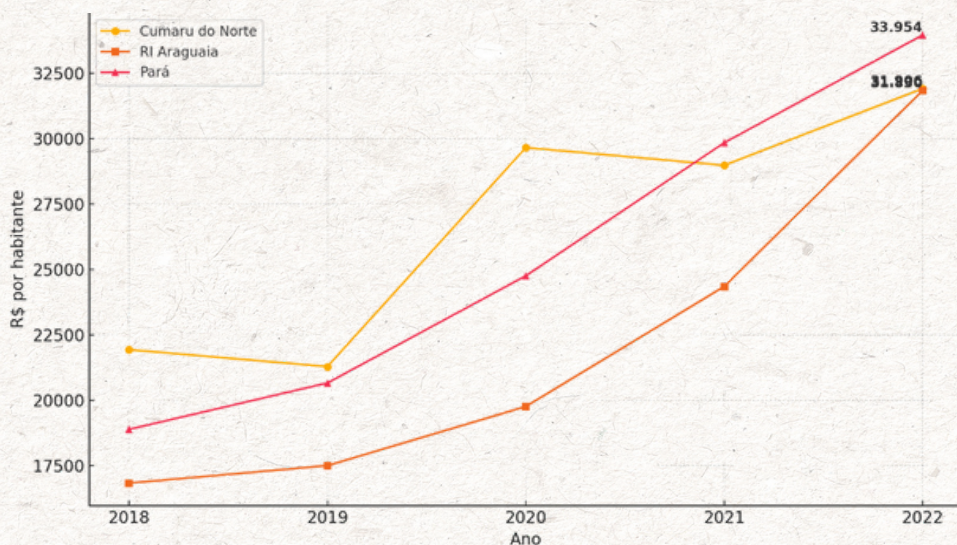
Na Região de Integração Araguaia, o PIB per capita evoluiu de forma mais gradual, saindo de R\$ 16.800 em 2018 para R\$ 17.500 em 2019 e R\$ 19.800 em 2020, quando ganhou ritmo mais forte. Em 2021, avançou para R\$ 24.300

e, em 2022, atingiu R\$ 31.900, frequência de crescimento sustentado que pode estar ligada à expansão de polos agroindustriais e de serviços na integração, diversificando a base econômica e elevando a renda média por habitante (Gráfico 16).

No conjunto do Pará, o PIB per capita progrediu de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 20.600 em 2019 e R\$ 24.700 em 2020, refletindo recuperação geral da economia e possíveis estímulos a setores extrativos. Em 2021, saltou para R\$ 29.700 e, em 2022, alcançou R\$ 33.954, demons-

trando que o estado como um todo acompanhou, em ritmo ainda mais acelerado, as dinâmicas de valorização de commodities e investimentos em infraestrutura, embora ainda mantenha variabilidade entre as regiões (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 31.900/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Cumaru do Norte, o peso da indústria no PIB despencou de 10,0 % em 2018 para apenas 2,1 % em 2019, mantendo-se em torno desse patamar (2,0 % em 2020 e 1,9 % em 2021) e chegando a -0,6 % em 2022, o que indica que o setor industrial local encolheu e perdeu participação, possivelmente em função de desinvestimentos ou da prevalência de atividades primárias sobre transformadoras (Gráfico 17).

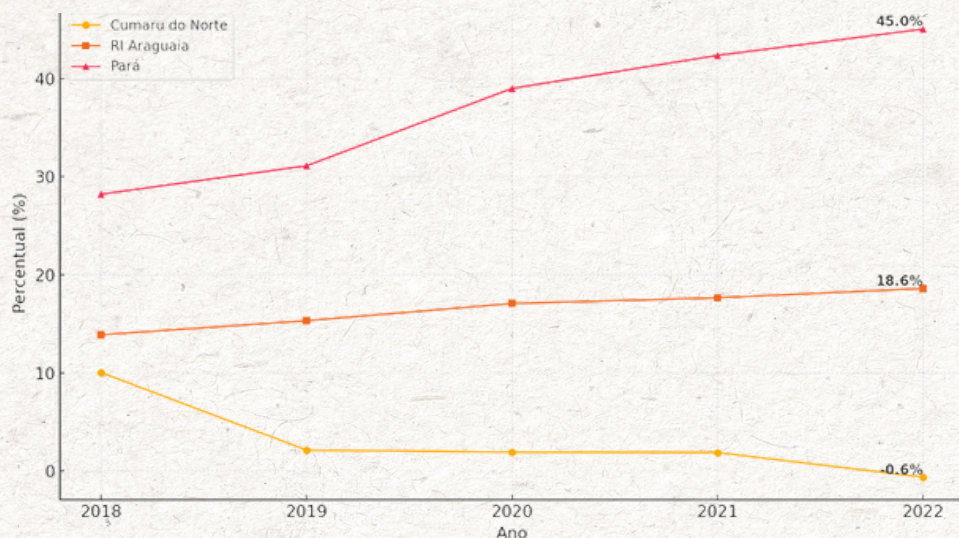
Na Região de Integração Ara-

guaia, o valor adicionado industrial manteve trajetória crescente e estável, de 14,0 % em 2018 para 15,3 % em 2019, 17,1 % em 2020 e 17,6 % em 2021, atingindo 18,6 % em 2022. Esse avanço contínuo sugere fortalecimento de cadeias produtivas locais, como agroindústria e beneficiamento de commodities, com impacto positivo sobre a diversificação econômica e a geração de empregos formais na região (Gráfico 17).

No nível estadual, o Pará mostrou robusto fortalecimento industrial: a participação da indústria passou de 28,3 % em 2018 para 31,2 % em 2019, alcançou 39,1 % em 2020 com forte impulso extrativo e, em seguida, subiu para 42,3 % em 2021 e 45,0 % em 2022. Esse crescimento reflete o peso crescente de setores como mineração, siderurgia e indústrias pesadas no PIB estadual, consolidando o Pará como um polo industrial de relevância nacional (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de -0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Cumaru do Norte, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em cerca de 12,2 em 2019, recuou para 11,0 em 2020 — possivelmente reflexo de interrupções em programas de capacitação ou migração de pesquisadores — e recuperou-se ligeiramente a 12,1 em 2021. No ano seguinte, houve nova queda marcante



para 9,8 em 2022, indicando possível êxodo ou redução de vagas, mas em 2023 a taxa voltou a subir para 11,0, sinalizando retomada de investimentos locais em projetos de pesquisa e formação acadêmica (Gráfico 18).

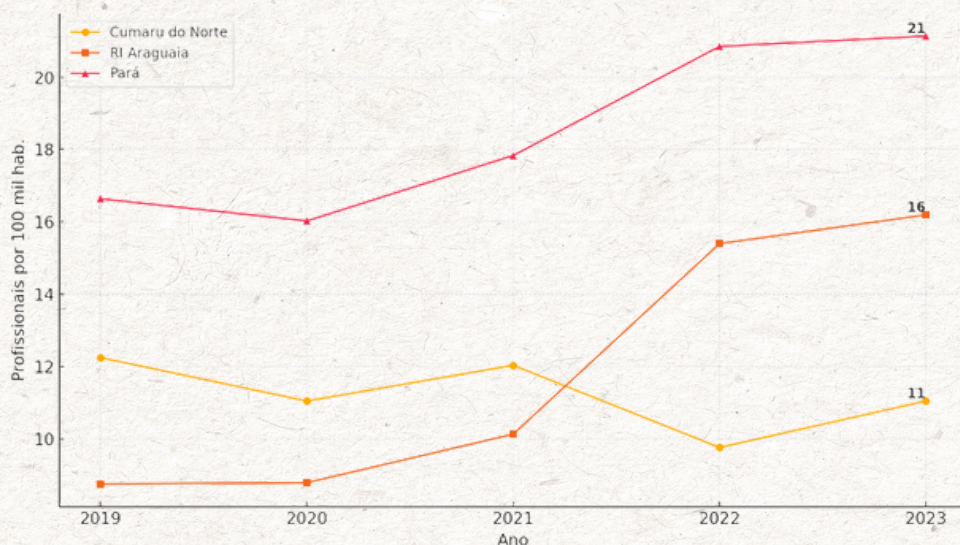
Na Região de Integração Araguaia, o indicador manteve-se estável em torno de 8,7–8,8

entre 2019 e 2020, mas ganhou tração a partir de 2021, atingindo 10,1, e disparou para 15,4 em 2022, com continuidade do crescimento a 16,2 em 2023. Esse salto acentuado sugere a implantação de polos regionais de pesquisa, ampliação de cursos superiores e atração de profissionais qualificados para atender demandas agroindustriais e ambientais na integração, resultando em aumento expressivo da densidade de cientistas por habitante (Gráfico 18).



No Pará, o padrão foi de ligeiro declínio inicial de 16,7 em 2019 para 16,0 em 2020 – possivelmente reflexo da crise sanitária – seguido de recuperação e expansão sustentada: 17,8 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,1 em 2023. Esse crescimento contínuo reflete o fortalecimento de universidades estaduais, programas de pós-graduação e centros de pesquisa, bem como políticas de fomento à inovação e à ciência, que vêm ampliando gradualmente a presença de profissionais especializados em todo o território estadual (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

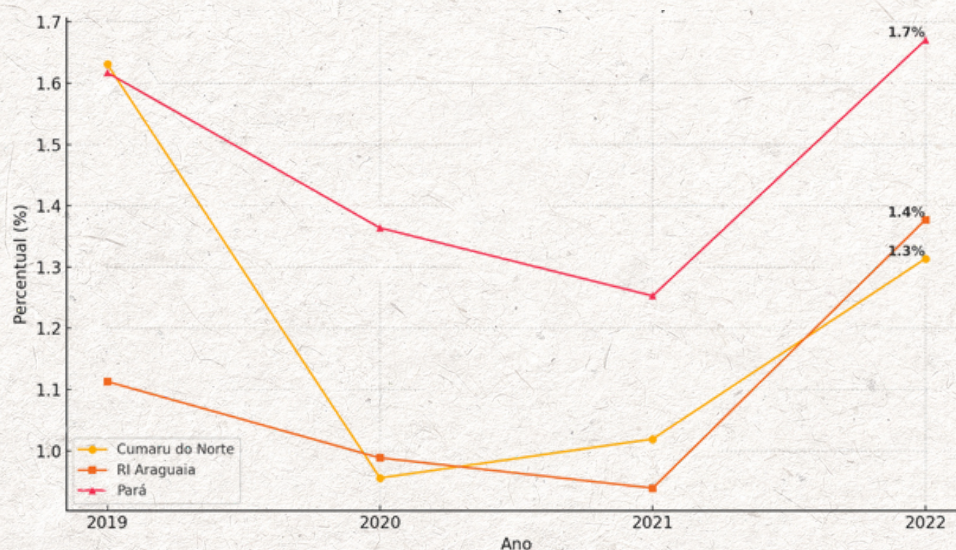
Em Cumaru do Norte, a massa salarial dos vínculos formais teve queda acentuada entre 2019 e 2020, caindo de cerca de 1,63 % para 0,96 % do PIB em função dos efeitos iniciais da pandemia sobre emprego e renda. Em 2021, iniciou-se uma leve recuperação, alcançando 1,02 %, ainda abaixo do patamar pré-choque, o que sugere retomada gradual de contratações formais e ajustes nos salários nominal e real. Em 2022, esse indicador subiu para 1,31 %, evidenciando avanço mais consistente na geração de renda pelo trabalho formal, mas sem recuperar totalmente o peso observado em 2019 (Gráfico 19).

Na Região de Integração Araguaia, o perfil foi semelhante no biênio 2019-2021, com declínio moderado de 1,11 % para 0,94 % do PIB, refletindo restrições econômicas e possíveis reduções de jornada ou salário. Contudo, em 2022 houve forte salto para 1,4 %, superando o nível de 2019 e indicando que a RI se beneficiou de expansão de atividades produtivas — especialmente agroindustriais e de serviços — e de políticas de formalização mais efetivas, que elevaram a participação da massa salarial no PIB regional (Gráfico 19).

Já no Pará, a massa salarial recuou de 1,62 % em 2019 para 1,36 % em 2020 e 1,25 %

em 2021, acompanhando a desaceleração econômica geral e o impacto sobre empregos formais. A partir de 2022, houve reação forte, com o indicador atingindo 1,7 %, ultrapassando o valor de partida, o que reflete não só a recuperação da economia estadual pós-pandemia, mas também aumento de salários nominais e maior formalização de vínculos de trabalho em setores estratégicos (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

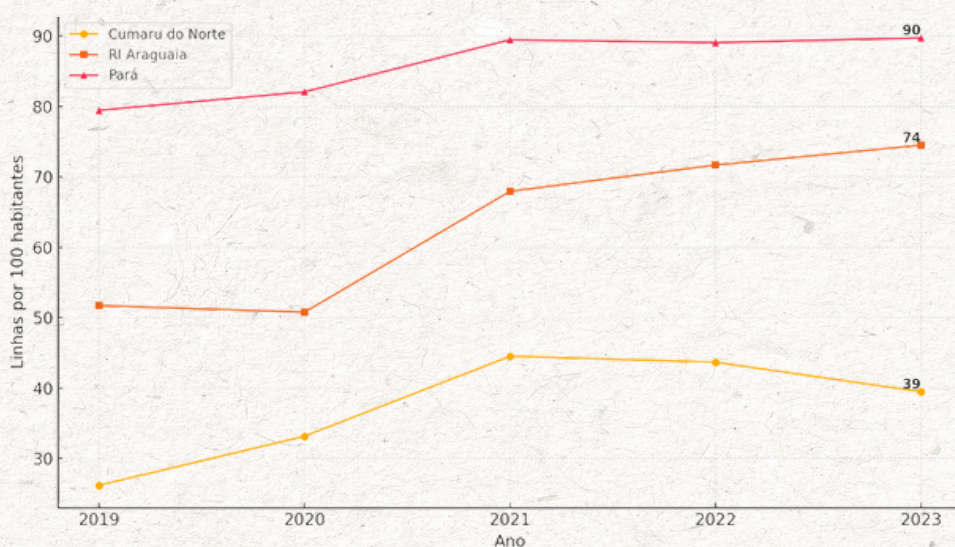
Em Cumaru do Norte, o acesso à telefonia móvel partiu de patamar muito baixo em 2019 (aproximadamente 26 linhas por 100 habitantes) e cresceu de forma consistente até 2021 (cerca de 44,5), quando atingiu seu pico local. A partir de então, registrou pequena retração em 2022 (43,7) e queda mais acentuada em 2023 (39,3), sugerindo que, após rápida expansão inicial da cobertura e da demanda por aparelhos, o município entrou em fase de saturação ou passou a enfrentar limitações de infraestrutura que restringiram novos acessos (Gráfico 20).

Na Região de Integração Araguaia, a cobertura móvel manteve-se relativamente estável em torno de 51 linhas por 100 habitantes em 2019-2020, mas disparou em 2021 para cerca de 67,8 e seguiu avançando para 71,7 em 2022 e 74,3 em 2023. Esse crescimento abrupto evidencia investimentos regionais significativos em torres, aliados à expansão da oferta de planos e à maior penetração de smartphones, elevando de modo substancial o uso de serviços móveis em toda a integração (Gráfico 20).



No Pará, o acesso já era elevado em 2019 (79,6 linhas/100 hab.) e continuou crescendo de forma moderada até 2021 (89,6), alcançando logo em seguida um nível próximo da universalização (89,1 em 2022; 90 em 2023). Essa estabilidade em torno de 90 linhas por 100 habitantes indica que o estado atingiu patamar próximo ao de saturação — a maioria da população possui ao menos um chip ativo — e que eventuais ganhos adicionais ficam restritos ao uso de múltiplos chips ou à densificação em áreas remotas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

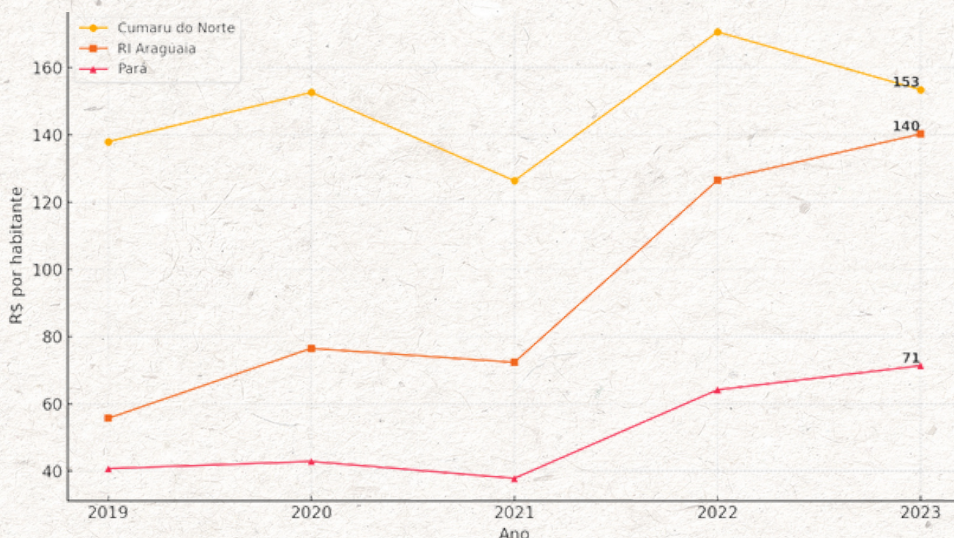
Em Cumaru do Norte, a rubrica passou de R\$ 138 por habitante em 2019 para R\$ 152 em 2020, recuou a R\$ 126 em 2021 (reflexo provável de contingenciamento orçamentário durante o ápice da pandemia) e teve forte reação em 2022, chegando a R\$ 171. Em 2023 manteve nível elevado, com R\$ 153, demonstrando que as políticas municipais voltadas a eventos culturais, preservação ambiental e gestão de resíduos foram retomadas e até ampliadas após o período crítico, ainda que sujeitas a ajustes anuais conforme disponibilidade de caixa (Gráfico 21).

Na Região de Integração Araguaia, a despesa per capita evoluiu de R\$ 56 em 2019 para R\$ 76 em 2020, reduziu-se levemente para R\$ 72 em 2021 e saltou para R\$ 127 em 2022, chegando a R\$ 140 em 2023. Esse padrão sugere implementação de programas regionais de fomento cultural e projetos ambientais coletivos (como unidades de conservação e roteiros turísticos), com reforço orçamentário no pós-pandemia para atender demandas de desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio local (Gráfico 21).

No âmbito estadual, o Pará investiu R\$ 41 por habitante

em 2019, subiu a R\$ 43 em 2020 e diminuiu a R\$ 38 em 2021, antes de acelerar para R\$ 64 em 2022 e R\$ 71 em 2023. Embora parta de patamar mais baixo, o estado mostrou crescimento robusto na alocação de recursos em cultura e gestão ambiental após 2021, possivelmente influenciado por editais estaduais, programas de apoio a setores culturais e requisitos de compensação ambiental em grandes empreendimentos, mas ainda com margem para se igualar às médias municipais e regionais (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

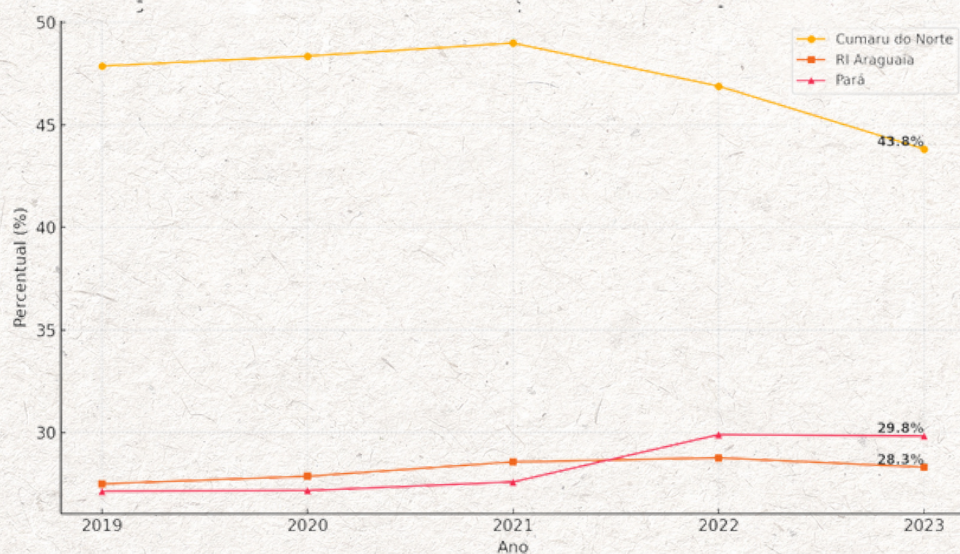
Em Cumaru do Norte, a proporção de famílias de baixa renda que ainda queimam ou enterram o próprio lixo manteve-se muito elevada entre 2019 e 2021, subindo de 47,8 % para 48,9 %. A partir de 2022 houve sinal de melhora, com queda para 47,0 %, e em 2023 esse percentual recuou mais fortemente, a 43,8 %. Esse declínio recente sugere avanços na frequência da coleta domiciliar ou em ações de conscientização ambiental, mas o valor ainda indica que quase metade das famílias vulneráveis dependem de práticas inadequadas de disposição de resíduos (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador oscilou de forma mais contida: saiu de 27,5 % em 2019 para 28,5 % em 2021, atingiu leve pico de 28,7 % em 2022 e recuou a 28,3 % em 2023. Embora muito inferior ao observado em Cumaru, esse patamar ainda representa mais de um quarto da população de baixa renda, o que aponta que a expansão dos serviços formais de manejo de resíduos avançou pouco na integração, exigindo maior coordenação intermunicipal para universalizar a coleta (Gráfico 22).

No Pará, o percentual foi estável em torno de 27 % até

2021, mas saltou para 29,9 % em 2022 e praticamente se manteve em 29,8 % em 2023. Esse aumento sugere que desafios no pós-pandemia — como redução temporária de serviços ou deslocamento de investimentos — podem ter levado parte das famílias de menor renda a retomar práticas informais. A estabilidade recente, porém, indica possível retomada do ritmo de ampliação dos sistemas de coleta e gestão estadual de resíduos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

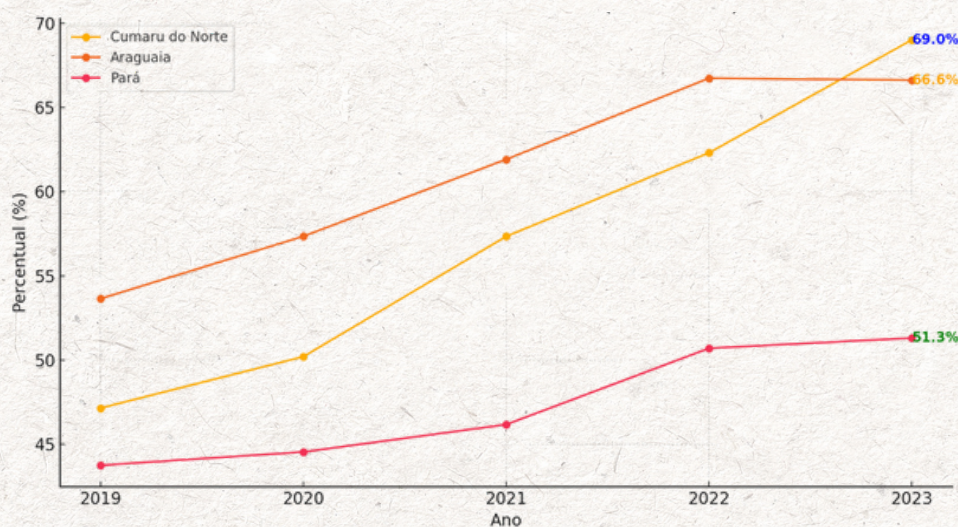
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Cumaru do Norte, a cobertura por fossas rudimentares entre famílias de baixa renda cresceu de 47,2 % em 2019 para impressionantes 69,0 % em 2023. O avanço foi contínuo, destacando-se saltos em 2021 (para 57,3 %) e 2022 (62,3 %), o que aponta forte investimento municipal em soluções locais de saneamento onde não há rede de esgoto. Esse progresso melhorou significativamente as condições sanitárias básicas, ainda que as fossas sejam tecnologia de transição (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador já partiu de nível mais elevado (53,6 % em 2019) e evoluiu de forma estável até se aproximar de 66,7 % em 2022, mantendo-se em 66,6 % em 2023. Isso demonstra que, embora a RI contasse com maior difusão inicial de fossas, o ritmo de ampliação desacelerou no biênio final, sugerindo a necessidade de diversificar as soluções — como unidades de tratamento simplificado — para alcançar integralmente as populações remanescentes (Gráfico 23).

No Pará, a expansão também foi gradual: de 43,8 % em 2019 para 46,2 % em 2021 e 50,7 % em 2022, chegando a 51,3 % em 2023. Apesar de crescer de forma consistente, o estado ainda apresenta cobertura inferior à do Araguaia e de Cumaru, o que revela disparidades regionais na adoção de fossas rudimentares. Isso indica potencial para programas estaduais de apoio técnico e financeiro que acelerem a adoção de sistemas de fossa em áreas de maior vulnerabilidade (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Cumaru do Norte, o dispêndio por habitante oscilou bastante entre 2019 e 2023: partiu de cerca de R\$ 474 em 2019, saltou para R\$ 627 em 2020, recuou para aproximadamente R\$ 350 em 2021, voltou a crescer para R\$ 641 em 2022 e, finalmente, disparou para R\$ 1.492 em 2023. Esse padrão indica que o município tem reagido de forma pontual a eventos ou convênios específicos, com reforços orçamentários importantes em anos de maior ocorrência de riscos, culminando

num aporte excepcional em 2023, possivelmente em resposta a desastres recentes ou à implantação de programas de mitigação (Gráfico 24).

Na Região de Integração Araguaia, os gastos iniciaram-se em R\$ 219 per capita em 2019, subiram a R\$ 314 em 2020, tiveram leve queda a R\$ 249 em 2021 e então mantiveram trajetória ascendente para R\$ 355 em 2022 e R\$ 445 em 2023. Esse avanço mais estável e gradual reflete um fortalecimento progressivo das ações de defesa civil e pre-

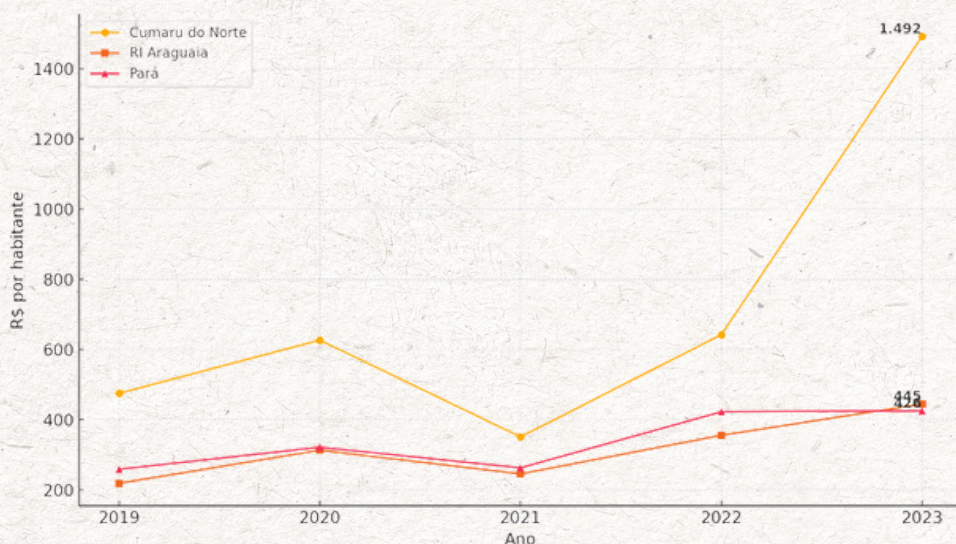
venção regional, possivelmente por meio de programas coordenados entre os municípios, o que confere maior previsibilidade orçamentária em comparação ao nível municipal (Gráfico 24).

No nível estadual, o Pará também apresentou flutuações

menores: saiu de R\$ 258 em 2019 para R\$ 320 em 2020, recuou a R\$ 261 em 2021 e depois ampliou os dispêndios para R\$ 421 em 2022, mantendo-se em R\$ 426 em 2023. Esse perfil sugere que o governo estadual equilibra esforços de prevenção entre fases

de reserva de recursos e ciclos de investimento mais intensivo, garantindo recursos consistentes para fortalecer infraestrutura e capacitação em defesa civil, ainda que sem os picos extremos observados no município-sede (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.492/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Cumaru do Norte, a despesa per capita partiu de valores muito baixos (cerca de R\$ 25 em 2019), teve um pico pontual de R\$ 104 em 2020, e depois voltou a patamares quase nulos (R\$ 7 em 2021, R\$ 4 em 2022 e R\$ 4 em 2023). Esse perfil evidencia um projeto ou convênio específico de preservação aquática em 2020, sem continuidade orçamentária em anos subsequentes, o que pode comprometer a manutenção de ações de recuperação e monitoramento de corpos hídricos locais (Gráfico 25).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador saiu de R\$ 26 per capita em 2019 para R\$ 216 em 2020, despencou a R\$ 19 em 2021 e R\$ 16 em 2022, e voltou a subir a R\$ 24 em 2023. A sensível concentração dos recursos em 2020 seguida de esvaziamento sugere que a integração contou com um programa regional temporário de preservação aquática, mas não conseguiu estabelecer

fonte de financiamento contínuo, resultando em investimentos esporádicos (Gráfico 25).

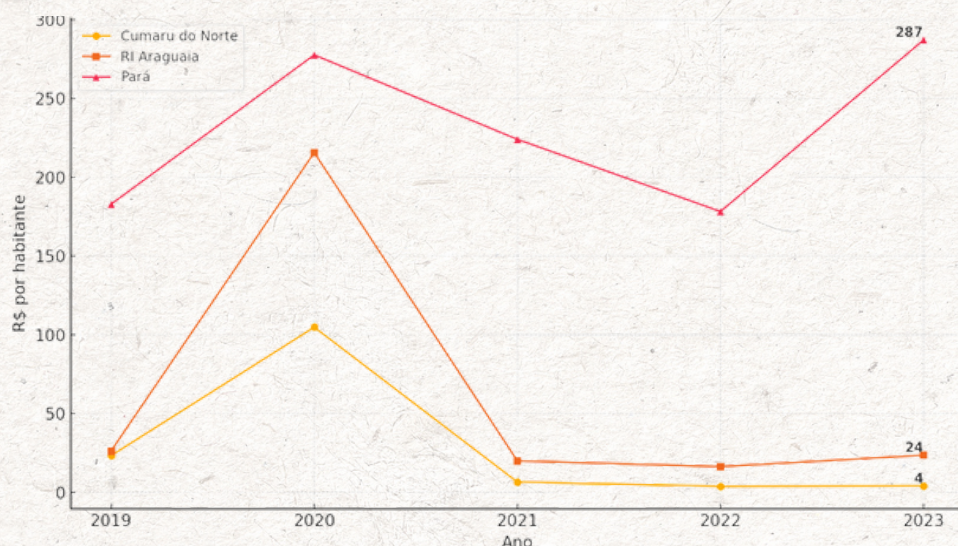
No Pará, a despesa per capita manteve-se elevada e relativamente consistente: R\$ 184 em 2019, R\$ 278 em 2020, R\$ 225 em 2021, R\$ 178 em 2022 e R\$ 287 em 2023. Embora também apresente variações, o estado sustentou níveis bem superiores aos de





municípios e RI, indicando programas estaduais robustos de gestão de bacias, licenciamento ambiental e recuperação de nascentes, com ciclos orçamentários que permitem retomadas e reforços regulares na preservação aquática ao longo do quinquênio (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Cumaru do Norte, o percentual de área de floresta em relação ao total manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2023, declinando apenas de cerca de 48,2 % para 47,4 %. A pequena queda anual média de 0,2 p.p. sugere que, embora haja algum desmate ou conversão de uso do solo, a cobertura florestal residual permanece praticamente inalterada, indicando equilíbrio entre remoção e regeneração natural ou ações de reflorestamento pontuais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, observou-se leve recuo de 51,3 % em 2019 para 50,4%

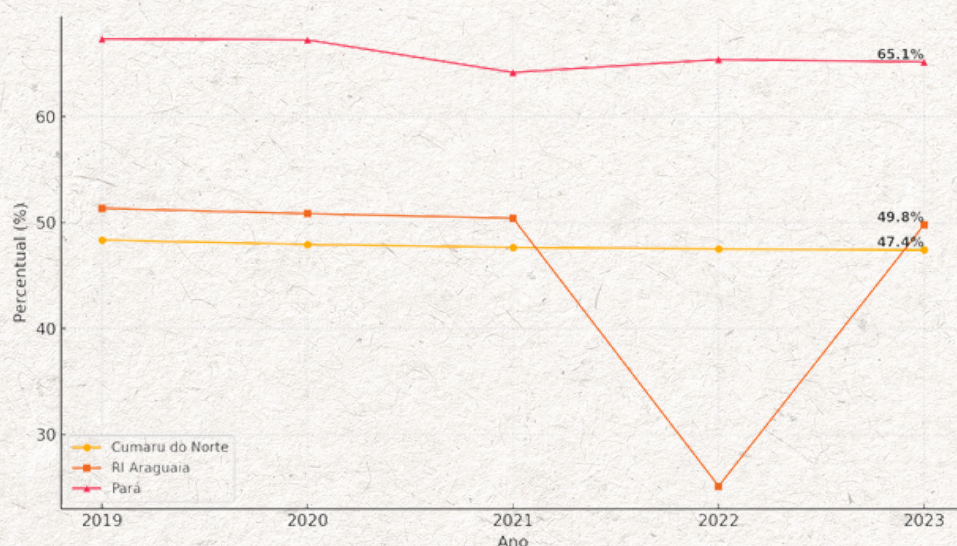
em 2021, seguido por um colapso abrupto a 25,0 % em 2022 e rápida recuperação a 49,8 % em 2023. Essa oscilação drástica aponta para um evento extraordinário ou inconsistência na medição de 2022 – possivelmente um sur-



to de desmatamento intenso ou revisão metodológica – mas a volta ao patamar anterior indica correção dos registros ou reposição parcial da cobertura (Gráfico 26).

No Pará, o índice de floresta variou de 67,3 % em 2019 para 64,4 % em 2021, recuperando-se ligeiramente a 65,3 % em 2022 e fixando-se em 65,1 % em 2023. Esse padrão mostra um recuo moderado no período inicial, seguido de consolidação de políticas de preservação que frearam a perda e possibilitaram pequeno ganho, mas sem restituir completamente o nível de 2019 (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Cumaru do Norte, o percentual de área desmatada evoluiu de 43,5 % em 2019 para 44,3 % em 2023, com aumento gradual de apenas 0,2 p.p. ao ano. Esse crescimento lento reflete a conversão marginal de floresta em outras prioridades de uso do solo, mas sem acelerar processos de desflorestamento em larga escala, evidenciando relativa estabilidade ambiental local (Gráfico 27).

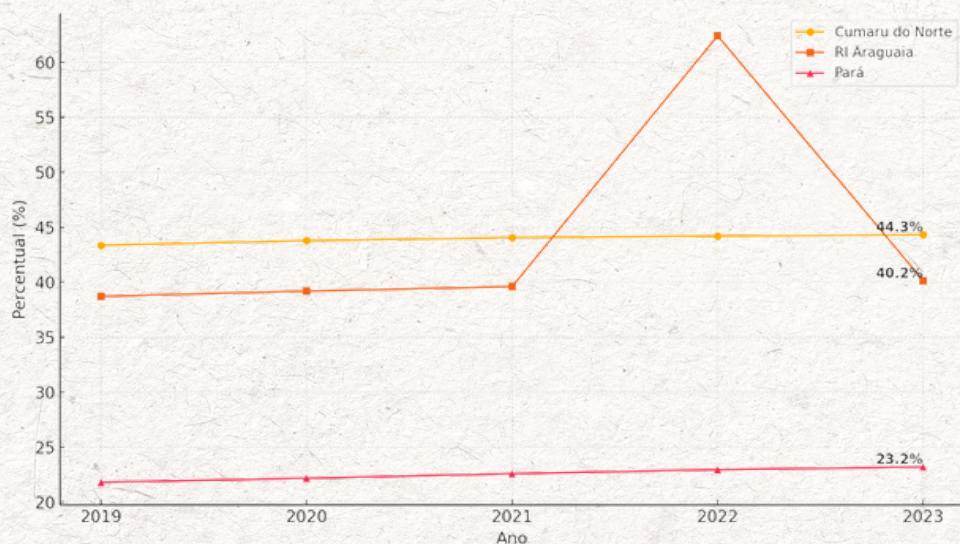
Na Região de Integração Araguaia, a taxa de desmatamen-

to variou de 38,7 % em 2019 para 39,6 % em 2021, saltou a 62,6 % em 2022 e retornou a 40,2 % em 2023. Essa flutuação abrupta corrobora o comportamento observado na cobertura florestal: um pico anômalo em 2022 – possivelmente devido a um grande surto de desmate ou a revisão de dados – seguido de correção, indicando que a maior parte da área desmatável permaneceu intacta ou foi reclassificada (Gráfico 27).

No âmbito estadual, o Pará

apresentou incremento gradual da área desmatada, de 21,8 % em 2019 para 23,2 % em 2023, com aumentos anuais de cerca de 0,3–0,4 p.p. Esse avanço constante, embora mais moderado que no município, sinaliza pressão contínua sobre florestas nativas e a necessidade de intensificar medidas de fiscalização e manejo sustentável para conter a expansão das frentes de desmate (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

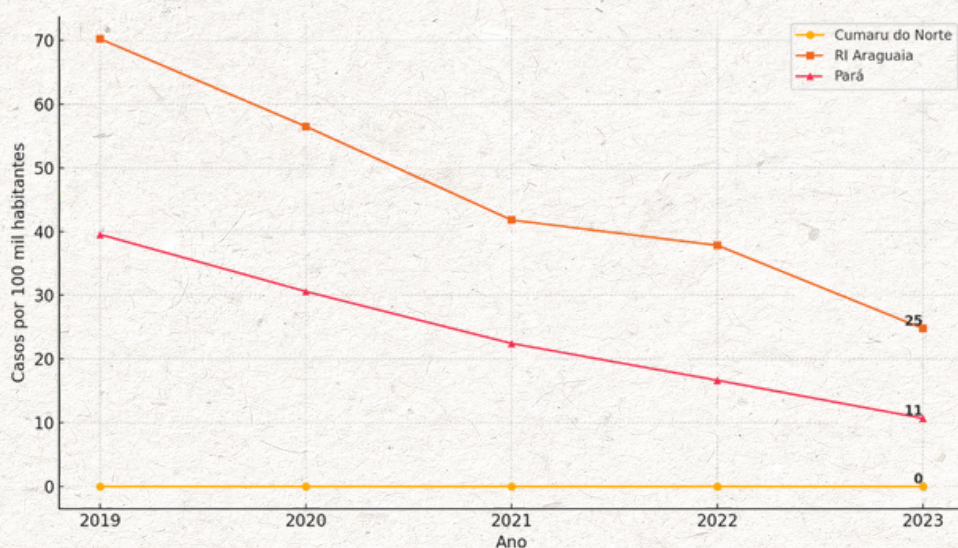
Em Cumaru do Norte, o indicador permaneceu em zero ao longo de toda a série 2019-2023, o que sugere ausência de registros oficiais de trabalho infantil ou, alternativa-mente, forte êxito de políticas de fiscalização e proteção infanto-juvenil, com rede de serviço social que inibiu total-mente essa prática no mu-nicípio (Gráfico 28).

Na Região de Integração Ara-guaia, houve redução expres-siva nos casos notificados, de 70,0 por 100 mil habitantes em 2019 para 25,0 em 2023. O de-

clínio foi mais acentuado no triênio inicial (queda de 70,0 para 42,0 entre 2019 e 2021), indicando uma primeira fase de intensificação de ações de combate e de programas de transferência de renda, se-guida de moderado ajuste até 2023, quando o índice chegou ao seu menor patamar (Grá-fico 28).

No Pará, o trabalho infantil também recuou de forma consistente, de 39,6 por 100 mil em 2019 para 11,2 em 2023. Essa trajetória reflete a combinação de legislação mais rigorosa, campanhas de conscientização e fortalecimentos das redes de educação e assistência social, que vêm reduzindo progressivamente a ocorrência de casos em todo o estado (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Cumaru do Norte, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes partiu de cerca de 44,3 em 2019 e subiu moderadamente para 50,8 em 2020. No entanto, em 2021 ocorreu um pico dramático, chegando a 106,7, o que pode refletir surto de criminalidade local ou registro mais rigoroso de ocorrências. Em 2022 houve pequena redução para 100,1, mas ainda num patamar muito elevado, antes de recuar para 57,1 em 2023, um nível que, apesar de inferior ao auge de 2021-22, permanece acima do observado antes da pandemia. Esse comportamento sugere episódios pontuais de violên-

cia intensa seguidos de ações de controle e intervenção que gradualmente reduziram os índices, ainda que sem retorná-los ao patamar pré-2020 (Gráfico 29).

Na Região de Integração Araguaia, a taxa cresceu de aproximadamente 38,8 em 2019 para 48,3 em 2020 e atingiu 53,8 em 2021, acompanhando a tendência estadual de aumento da violência nos primeiros anos. Em 2022, registrou ligeiro declínio para 51,9 e recuou mais acentuadamente a 42,2 em 2023, aproximando-se do valor inicial. Esse perfil indica que, embora a RI Araguaia também tenha

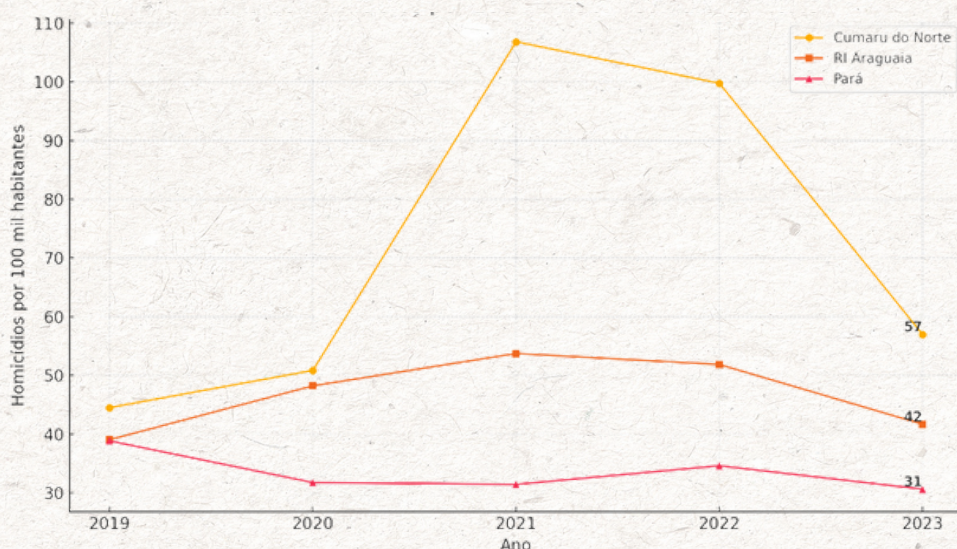
experimentado agravamento da criminalidade durante a crise sanitária e econômica, as medidas de segurança e programas sociais aplicados a partir de 2021 lograram reduzir os homicídios, voltando a níveis mais próximos dos anteriores às restrições (Gráfico 29).

Já no Pará, o índice de homicídios iniciou-se em 38,9 por 100 mil habitantes em 2019 e caiu para 31,5 em 2020, mantendo-se estável em torno de 31,0 em 2021. Em 2022 houve pequeno aumento para 34,4, possivelmente refletindo retomada das atividades socioeconômicas, mas voltou aos 31,0 em 2023. Essa traje-

tória mostra um quadro mais controlado do que o observado tanto em Cumaru do Norte quanto na RI Araguaia, com flutuações moderadas e tendência geral de declínio em comparação ao nível pré-pandemia (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

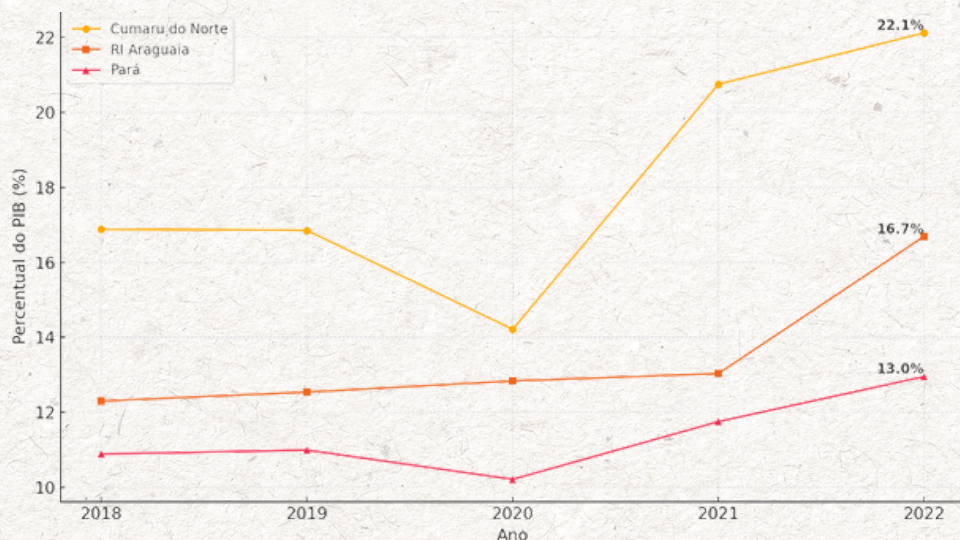
Em Cumaru do Norte, o gasto público municipal em relação ao PIB manteve-se estável em torno de 16,9 %–16,8 % entre 2018 e 2019, mas sofreu forte retração em 2020, recuando para 14,2 % em função provável das limitações fiscais impostas pela pandemia. A partir de 2021, o município elevou significativamente seu protagonismo orçamentário, com o indicador saltando para 20,7 % e atingindo 22,1 % em 2022, refletindo a adoção de medidas de estímulo econômico local, ampliação de investimentos em obras públicas e reforço de despesas correntes para mitigar os efeitos da crise sanitária (Gráfico 30).

Na Região de Integração Araguaia, o desempenho foi mais gradual: cresceu de 12,3 % em 2018 para 12,5 % em 2019 e alcançou 12,8 % em 2020, mantendo subida moderada a 13,0 % em 2021. Em 2022, porém, ocorreu aceleração expressiva, com o índice chegando a 16,7 %, indicando que os municípios da região se coordenaram para ampliar gastos comunitários em infraestrutura, saúde e assistência social. Essa ampliação conjunta sugere convênios intermunicipais ou políticas regionais de resposta às demandas pós-pandemia (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o gasto público como percentual do PIB oscilou entre 10,9 % em 2018 e 11,0 % em 2019, caindo para 10,2 % em 2020 diante das pressões fiscais estaduais. A partir de 2021, observou-se retomada orçamentária, com avanço a 11,7 % e, em 2022, a 13,0 %. Esse aumento demonstra que o governo estadual reforçou despesas em setores como infraestrutura, saúde e educação, recuperando o ritmo de investimentos e acompanhando, de forma mais contida, as políticas anticíclicas adotadas no âmbito municipal e regional (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Cumaru do Norte, o acesso à banda larga fixa praticamente inexistiu até 2020 (0,0 pontos por 100 hab.), registrando um tímido início em 2021 (1,1) e, em seguida, um salto expressivo para 9,9 pontos em 2022, alcançando 11,1 em 2023. Esse padrão sugere que apenas a partir de 2021 o município passou a receber investimentos significativos em infraestrutura de fibra ou parcerias com provedores, acompanhando a demanda por serviços digitais e possibilitando uma rápida adoção residencial e empresarial nos dois últimos anos (Gráfico 31).

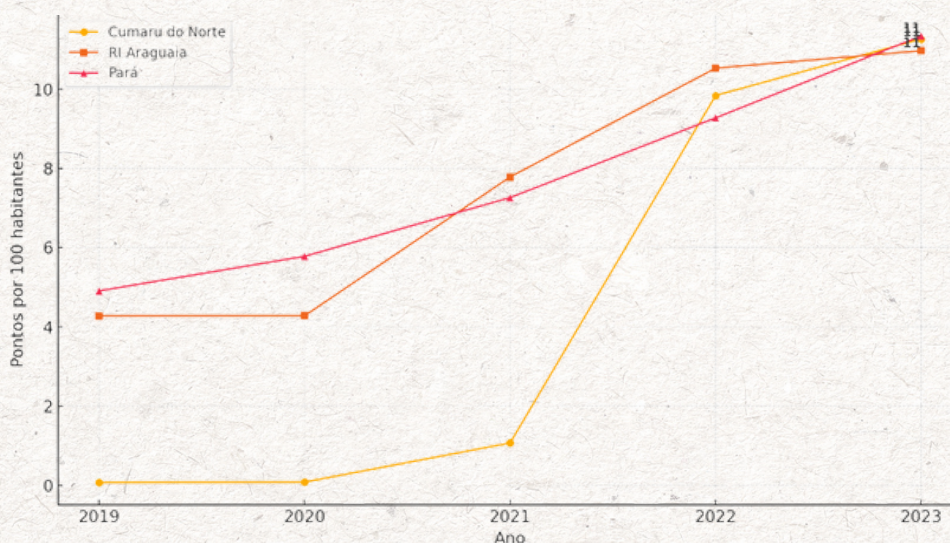
Na Região de Integração Araguaia, a taxa partiu de 4,3 pontos em 2019 e 2020, manteve esse patamar estável, mas avançou para 7,7 em 2021 e atingiu 10,5 em 2022, chegando a 11,0 em 2023. Esse crescimento gradual, porém, consistente, reflete a consolidação de projetos regionais de conectividade — possivelmente via consórcios públicos ou programas estaduais — que ampliaram a cobertura de rede nos principais municípios da integração antes ainda que em Cumaru, resultando em patamares de penetração semelhantes ao estado

logo em 2023 (Gráfico 31).

No Pará, o acesso à banda larga fixa cresceu de forma contínua e ordenada, de 4,9 pontos em 2019 para 5,8 em 2020, 7,2 em 2021, 9,3 em 2022 e 11,0 em 2023. Essa evolução mostra que o estado vem investindo de maneira sistemática em incentivos à chegada de operadoras aos municípios, permitindo avanço anual constante. O ritmo mais homogêneo indica políticas de bem-sucesso na universalização do serviço, ainda que em patamares bem abaixo dos ideais de maturidade do mercado nacional (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cumaru do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

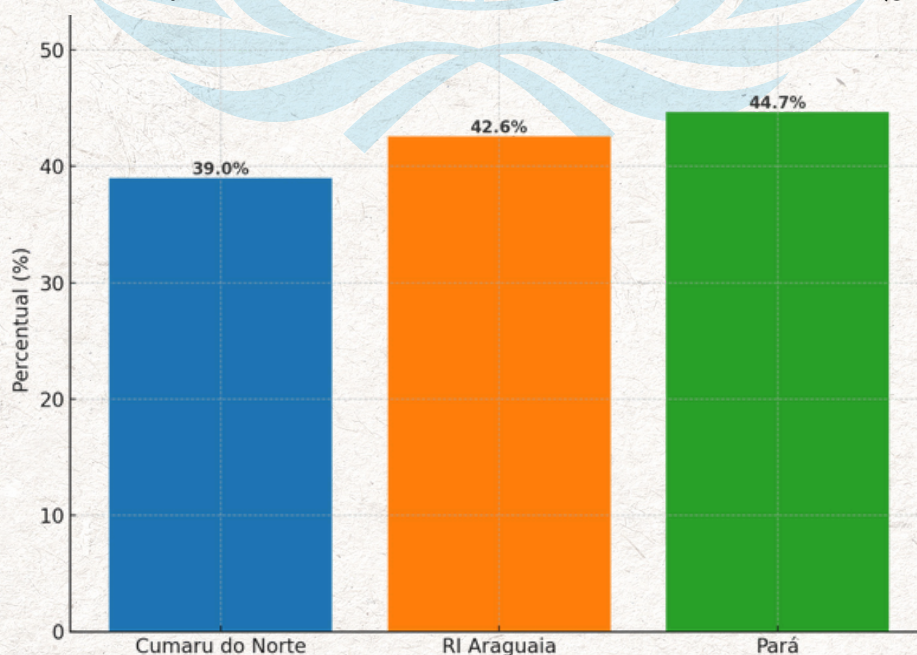


Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Cumaru do Norte** registrou um IDS de **39%** (gráfico 32).



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



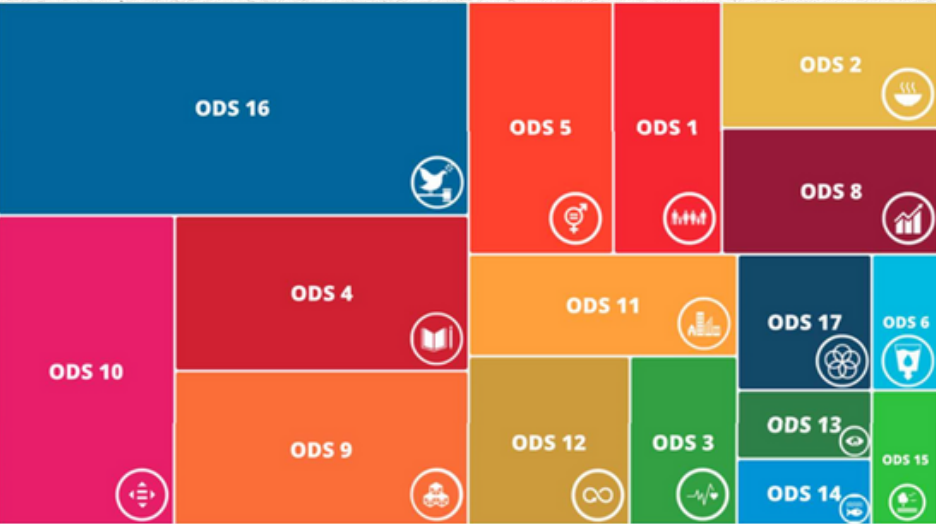
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

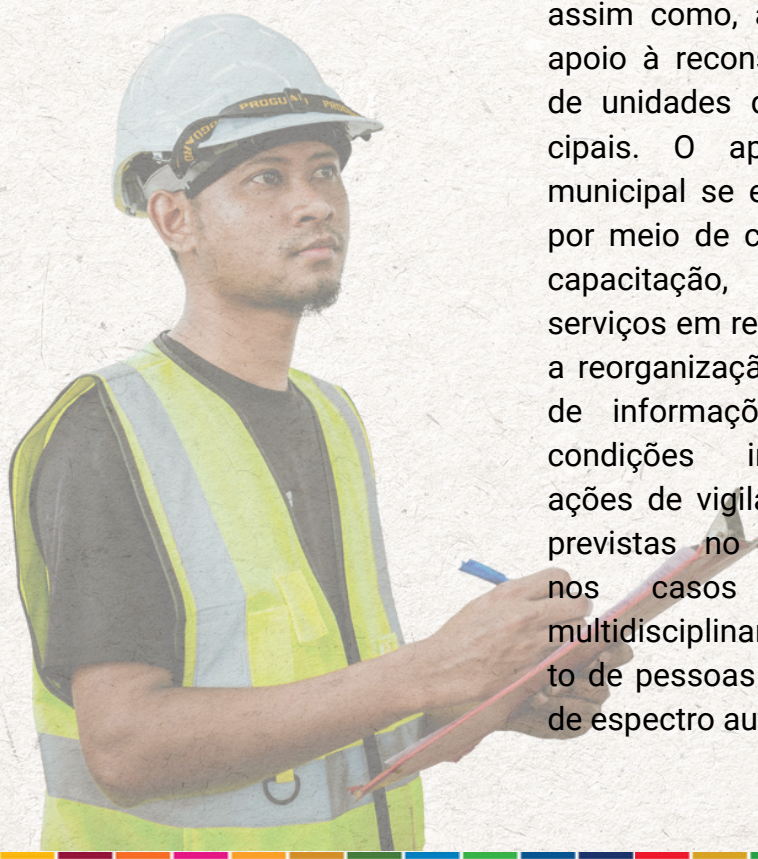


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

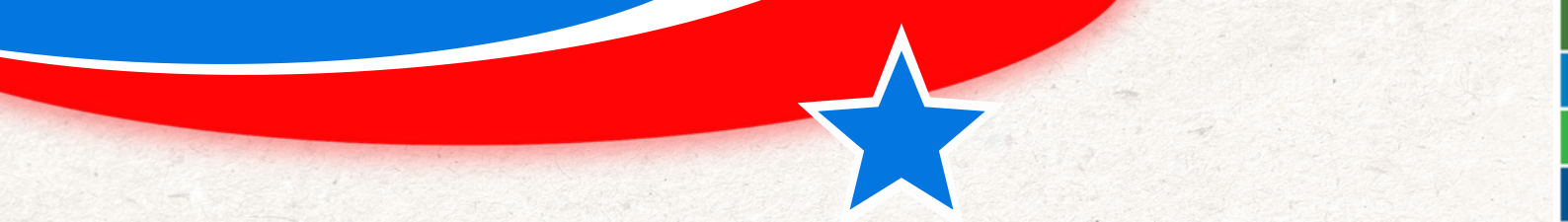
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

